



santa maria da feira assembleia municipal

EDITAL N.º 20/2024/DAOA-AM

RICARDO LEITE DE OLIVEIRA, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, se afixa, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 20 de setembro de 2024, aprovada na sessão extraordinária de 31 de outubro de 2024. -----

Vai o presente edital ser afixado nos serviços de Atendimento Municipal e outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 4 de novembro de 2024. ---

O 1.º SECRETÁRIO DA MESA,

(RICARDO LEITE DE OLIVEIRA)



ATA N.º 20 – No dia 20 de setembro de 2024, reuniu, às 20 horas e 50 minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pela Sra. Presidente da Assembleia, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, integrando ainda a Mesa o Secretário da mesma, Ricardo Leite de Oliveira, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 19 – Sessão Ordinária de 27 de junho de 2024;**
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;**
- 3 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de Arrifana;**
- 4 – Alteração à postura de trânsito na União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo;**
- 5 – Apoio à Junta de Freguesia de Fiães – Obras de requalificação, adaptação de edifício para instalação da sede da Junta de Freguesia – Trabalhos complementares;**
- 6 – Alteração ao Mapa de Pessoal para 2024;**
- 7 – Consulta ao mercado para aquisição de imóveis para a habitação no âmbito do 1.º Direito/Plano de Recuperação e Resiliência, Investimento RE-C02-I01 – Programa de apoio ao Acesso à Habitação**
 - Não adjudicação e revogação da decisão de contratar;**
- 8 – Suldouro – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A.**
 - Relatório de Contas relativo ao exercício de 2023 e Certificação Legal de Contas;**
- 9 – 4.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes;**
- 10 – PERM-EIM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria**



- Projeto de dissolução e liquidação; -----

11 – Proposta de alteração de constituição de Júri para concursos de cargos de dirigente. -----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e pelos Vereadores Sónia Marisa Lopes Azevedo, António Gil Alves Ferreira, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Ana Beatriz Soares Pereira da Silva, Márcio Santos Correia e Sérgio Manuel Murteira Cirino. -----

Não estiveram presentes os Vereadores Vitor Carlos Latourrette Marques, Mário Jorge de Castro Reis, Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves (*que comunicou a ausência*) e Délio Manuel Ferreira Carquejo (*que solicitou a sua substituição pelo vereador Pedro Manuel Soares Vieira, mas que não se efetivou por este não ter comparecido*). -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes bem como quem assistia à sessão via on-line. -----

Anunciou que a sessão se encontra a ser transmitida, em direto e remotamente, depreendendo que os eleitos prestam o seu consentimento para o efeito, informando, ainda, que iria circular uma declaração para ser subscrita pelo público presente, para, dessa forma, ser prestado o consentimento em cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). -----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade da Secretária da Mesa da Assembleia, Ana Patrícia Bastos da Cunha, estar presente nesta sessão, daí haver necessidade de completar a Mesa. -----

Convidou o grupo municipal do PS a indicar um membro para o efeito, tendo sido indicado o membro Marco Aurélio Oliveira de Jesus, o qual integrou a Mesa. -----



De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia informou que os membros Carlos Eduardo Soares de Seixas (PSD), Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD), Ana Patrícia Bastos da Cunha (PSD), Marco António Gomes Gonçalves (PS), Tiago de Oliveira Paiva (BE) e Carlos Miguel Moreira Cunha (CDU) comunicaram não poder estar presentes nesta sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respetivas listas, do modo a seguir discriminado:-----

- Carlos Seixas: substituído pelo Jorge Paulo das Neves Pereira *(uma vez que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Regina Maria Gonçalves da Silva – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecer nesta sessão)*,-----

- Susana Silva: substituída pelo António Luís da Costa Ferreira *(uma vez que as cidadãs imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Joana Inês Carvalho Coelho Ribas e Cláudia Oliveira Antunes Correia – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecerem nesta sessão)*,-----

- Ana Cunha: substituída pela Cláudia Sofia de Sousa Santos,-----

- Marco Gonçalves: substituído pelo Lécio Jorge Pereira Dias,-----

- Tiago Paiva: substituído pelo Eduardo Gabriel Baptista Couto *(uma vez que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Bianca Santos de Almeida – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecer nesta sessão)*,-----

- Carlos Cunha: substituído pelo Luís Nuno Oliveira Vieira *(uma vez que os cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – João Paulo Oliveira Vidal, Isabel Cristina Pereira de Sousa Gomes, Maria Miguel Sá Tavares Lopes e Bruno Miguel Ferreira Marques – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecerem nesta sessão)*.-----

Informou, ainda, da entrada na Mesa do pedido de delegação de representação para a presente sessão, formulado pelo Presidente da seguinte Junta de Freguesia:-----



• União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no vogal do Executivo: Fernando Adriano de Sousa Pinho. ---

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 46 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; João Luís Almeida Cunha; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Serafim Manuel da Rocha Guimarães; Rui Fernando Guedes Ribeiro; José Moreira de Jesus Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Mário Jorge Soares da Silva Brito; António Perestrelo de Lima; Jorge Paulo das Neves Pereira; António Luís da Costa Ferreira; Cláudia Sofia de Sousa Santos; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Ricardo Leite de Oliveira; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro; Fornos – César Jorge Pais Resende; Lourosa – Armando de Fontes Teixeira; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano de Sousa Pinho, -----

Pelo Partido Socialista (PS):-----

Susana Alexandra Lopes Correia; Job Santos Silva; Marco Aurélio Oliveira de Jesus; Rosa Maria Pinto da Silva; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Cláudio Alexander Brandão

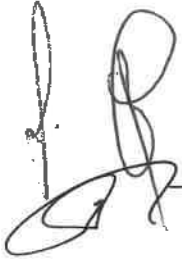


da Costa; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Lécio Jorge Pereira Dias; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----
Pelo Bloco de Esquerda (BE): Eduardo Gabriel Baptista Couto; -----
Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos; -----
Pela Iniciativa Liberal (IL): Carlos Ferreira Martins da Silva; -----
Pelo Chega (CH): Miguel Branco Santos Alves; -----
Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Luís Nuno Oliveira Vieira; -----
Independente (IND): Manuel António Martins de Melo – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Entraram no decorrer da sessão: Eva Lúcia Fernandes da Costa (PSD); Joana Patrícia Fonseca da Silva (PSD); Lia Andreia Cristóvão Ferreira (PS); e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Mozelos – José Carlos Pinto da Silva (PSD) e da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – David António Henriques das Neves (PS). -----

Faltaram à sessão, sem serem substituídos: Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD); Domingos Manuel da Silva Florim (PS) e a Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva (PSD). -----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento relativo ao resumo do expediente, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, a Sra. Presidente da Assembleia informou que esse documento, que faz a súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa entre a última sessão ordinária, realizada no dia 27 de junho de 2024, e a presente sessão, foi distribuído, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. -----



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu este período dando nota que a Mesa pretende submeter à aprovação um Voto de Solidariedade e de Louvor dedicado aos recentes incêndios ocorridos no território nacional, que passou a ler e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Desde Domingo, 15 de setembro, deflagram múltiplos incêndios no território nacional, com especial incidência nas regiões norte e centro, em estado de elevada gravidade no nosso Distrito de Aveiro. O fogo lavrou em largas extensões de terreno florestal, atingindo também diversas povoações, destruindo bens e causando a perda de vidas. Inúmeras estradas foram cortadas, enquanto os bombeiros tentam minorar os danos, evitar vítimas e conter o crescimento das chamas. -----

Temos recebido as trágicas notícias de cidadãos que perderam a vida, entre os quais bombeiros que morreram heroicamente enquanto combatiam os fogos, “dando as suas vidas pela nossa vida.” -----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 20 de setembro de 2024 expressa total solidariedade às populações, autarquias, bombeiros, proteção civil, forças de segurança, e a todos os agentes que integram os meios, sempre escassos, no combate a este “inimigo”. -----

Este voto de solidariedade é também revestido do nosso profundo pesar às famílias, amigos e corporações enlutadas, lamentamos a perda de vidas ocorridas neste flagelo e as consequências devastadoras destes incêndios que assolam o nosso Distrito e o nosso País. Uma palavra de encorajamento a toda a população afetada. -----

Um voto de louvor e reconhecimento aos soldados da paz e todos os que, em circunstâncias extremamente difíceis e dolorosas, arriscaram a vida na defesa e segurança das pessoas e bens e na proteção da nossa comunidade. -----

Este voto de louvor destina-se a todas as corporações de bombeiros,



especialmente às do nosso Município”, Bombeiros Voluntários de Arrifana, Bombeiros Voluntários de Santa Maria da Feira, Bombeiros Voluntários de Lourosa, assim como os agentes da Proteção Civil e as forças de segurança, nomeadamente a PSP e a GNR. -----

Com a aprovação deste voto de louvor que o mesmo seja enviado a todas as corporações do nosso concelho.”-----

Submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD:27, PS:13, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar o voto em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado e transcrito nesta ata, e ao qual a Câmara Municipal se associou. De seguida, foi guardado um minuto de silêncio em homenagem às vítimas dos incêndios ocorridos.-----

Posto isto, prosseguindo os trabalhos, a Sra. Presidente da Assembleia informou da existência de 2 moções, 1 recomendação e 1 voto de saudação que, nos termos regimentais, foram recebidas pelos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e enviadas, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. De seguida, passou a palavra aos proponentes dos respetivos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos. -----

Entraram os membros David Neves, Eva Costa, Joana Silva e Lia Ferreira. --

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS), que apresentou e explanou o voto de saudação que, seguidamente, se transcreve: -----

“VOTO DE SAUDAÇÃO PELOS 45 ANOS DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE -----

No passado dia 15 de setembro, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) assinalou o aniversário da sua fundação. O SNS celebra 45 anos! -----

Na sequência do despacho Arnaut, é aprovada a Lei n.º 56/79, de 15 de setembro (Lei de Bases da Saúde), que cria o Serviço Nacional de Saúde e



institui uma rede de instituições e serviços prestadores de cuidados globais de saúde a toda a população, financiada através de impostos. A lei foi aprovada na vigência do IV Governo Constitucional e viria a ser publicada com o V Governo Constitucional. -----

O SNS, enquanto serviço público de saúde, universal e tendencialmente gratuito, representa o pilar fundamental da promoção da saúde e prevenção da doença, com significativos ganhos para as nossas populações. -----

O caminho do SNS não tem sido fácil e não está garantido. Está nas mãos de cada um de nós e dos decisores, sermos obreiros do caminho que temos pela frente, no robustecimento e valorização do serviço de saúde público, para todos, não permitindo o seu enfraquecimento. -----

Os desafios são crescentes, desde logo pelo aumento da esperança média de vida no nosso país, mas que, não é acompanhada da melhoria de qualidade de vida na população com mais de sessenta e cinco anos, o aumento da procura por serviços de saúde apesar do aumento de atividade de atos em saúde, a carga que representam as doenças crónicas, a transição digital, a inovação ao serviço da saúde, o preço dos medicamentos, a demografia da população e dos profissionais de saúde, entre outros desafios, que integram uma sociedade em constante mudança. -----

A procura contínua de novas respostas para fazer face aos anseios dos cidadãos chama a esta responsabilidade e compromisso todos os parceiros, nomeadamente as autarquias que representam o papel principal na proximidade e conhecimento da comunidade. -----

A integração de cuidados, as respostas em rede e na comunidade, são caminhos iniciados e que devem ser desenvolvidos e melhorados. Precisamos de planos e estratégias que ditam o rumo das melhores respostas à população que servimos e as medidas para garantir a sua implementação e concretização de forma integrada e sustentável. -----



Devemos continuar a ter o SNS como trave mestra da saúde no nosso país. Cabe-nos a responsabilidade de valorizar as instituições e os seus profissionais, promover o envelhecimento ativo e saudável, a prevenção. A área da saúde deverá estar presente em todas as áreas da nossa ação na comunidade, de forma integrada e estratégica. -----

Saudamos o SNS pelos seus 45 anos e pelas conquistas alcançadas. -----
Como referiu António Arnaut: *“Defender, aperfeiçoar e consolidar o SNS não é apenas um imperativo constitucional e democrático, mas um verdadeiro imperativo ético: não é justo que a saúde seja um privilégio de quem a pode pagar, e não um direito de todos.”* -----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 20 de setembro de 2024 saúda o Serviço Nacional de Saúde, todos os seus Profissionais, Entidades e Personalidades que tornam esta conquista das mais importantes da história da nossa Democracia.” -----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO – ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA-----
9.816.000 (nove milhões, oitocentos e dezasseis mil euros). Este é o valor arredondado do lucro bruto da Indaqua Feira em 2023. Este valor resulta da exploração de um bem público, universal e que merece a nossa preocupação. E porquê?-----

A análise das assimetrias nas tarifas globais associadas ao abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos registadas a junho de 2023 levada a cabo pela Deco Proteste aborda o *“Preço da água sem Lei”* e nela Santa Maria da Feira aparece mencionada por 3 vezes. Na primeira menção surge no top-7 dos municípios com maior aumento da fatura global registado em 2023. Na segunda, no top-3 nacional dos concelhos com a fatura global mais elevada para um consumo anual de 180 m³. Na terceira menção, surge como um dos municípios onde os preços elevados não estão



associados aos investimentos feitos na rede de abastecimento de água e saneamento. A ERSAR, entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos, tem sido crítica do modelo de concessão praticado em vários concelhos (Santa Maria da Feira incluída) por considerar que este modelo promove injustiças e assimetrias no acesso a um bem essencial para a vida. Para 2024, o panorama em Santa Maria da Feira não melhorou, com aumentos de 4,5% no preço do abastecimento de água no 1.º escalão (até 5m³ mensais) e de 3.9% no 2.º escalão. -----

Necessitamos que os políticos locais tenham a coragem de abrir o debate sobre a remunicipalização da água no nosso concelho e de uma vez por todas implementar a Tarifa social automática na fatura da água. -----

Os Feirenses vivem com dificuldades económicas, tendo perdido uma parte substancial do rendimento, o que torna o custo de vida incomportável. Neste contexto, é importante que o papel das autarquias seja cada vez mais ativo na defesa dos seus munícipes atuando como linha da frente nas respostas sociais que são da sua competência. -----

A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo. -----

Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido. -----

No entanto, está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança



Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia. -----

A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR), já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente, serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não afigure qualquer rendimento, até ao máximo de 10. -----

O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. -----

Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira. -----

No município de Santa Maria da Feira, a automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar mais de 10 mil agregados familiares, segundo dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia no concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira,



reunida em sessão ordinária de 20 de setembro de 2024, delibera:-----
Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda à atribuição da
Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o
efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do
Decreto-Lei n.º 147/2017.”-----

“MOÇÃO – PARQUES INFANTIS ADAPTADOS PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA-----

Em setembro de 1990, Portugal ratificou a Convenção Sobre os Direitos da
Criança, adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em novembro
de 1989. De acordo com a Convenção, uma criança é “todo o ser humano
menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir
a maioridade mais cedo”.-----

A todas as crianças é reconhecido o direito ao repouso, aos tempos livres e
a participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade,
devendo os estados respeitar e promover estes direitos bem como o acesso
em condições de igualdade (Artigo 31.º). Às crianças com deficiência é
assegurado o direito a uma vida plena e decente em condições que
garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua
participação ativa na vida da comunidade.-----

Uma parte essencial do desenvolvimento da criança passa pelo direito a
brincar, como a própria Convenção reconhece. Para que tal direito se possa
concretizar, o Estado deve promover condições que permitam a efetivação
desse direito, seja em parques infantis, jardins, parques recreativos ou
outras infraestruturas de apoio à infância.-----

Sendo certo que muito se tem progredido no que concerne à
disponibilização de parques infantis com condições adequadas para as
crianças e que garantam a sua segurança, há ainda muito a fazer para
assegurar a existência de parques infantis que permitam que todas as
crianças possam lá brincar.-----

De facto, são ainda muito poucos os parques infantis inclusivos,



permitindo a sua utilização por crianças com deficiência o que conduz a uma evidente discriminação: crianças com deficiência é-lhes coartado o direito a brincar nos parques infantis, condenando-as a ver outras crianças brincar.-----

É necessário encarar esta realidade e fazer o caminho que é premente de garantir, desde a infância, a inclusão das crianças com deficiência. E não se inclui excluindo estas crianças de contextos recreativos e lúdicos, como são os parques infantis. -----

As Câmaras Municipais têm aqui um papel determinante devendo ser promotoras de inclusão e não agentes que fomentam a exclusão; garantir a existência de parques infantis acessíveis é um passo fundamental no longo caminho da inclusão que tem de ser feito. Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 20 de setembro de 2024, delibera:-----

- Recomendar à Câmara Municipal que realize uma avaliação rigorosa sobre os parques infantis, verificando as condições de: -----

a) segurança e conforto para todas as crianças; -----

b) acessibilidade na envolvente, acesso e dentro a parque, de forma a garantir o acesso e circulação de crianças e adultos com mobilidade condicionada. -----

- Recomendar à Câmara Municipal que proceda à identificação dos equipamentos inclusivos existentes nos parques infantis do Concelho, bem como o estado de conservação e de caracterização dos mesmos. -----

- Recomendar à Câmara Municipal que proceda à calendarização e orçamentação de intervenções necessárias, destinadas à requalificação geral dos parques degradados, assim como à melhoria das condições de acessibilidade, nos parques e respetiva envolvente. -----

- Recomendar à Câmara Municipal que proceda à calendarização e orçamentação para o aumento da distribuição de equipamentos inclusivos nos parques infantis do Concelho, de forma a permitir que todas as



crianças com deficiência possam usufruir destes, em condições de equidade.-----

- Recomendar à Câmara Municipal que a zona circundante dos parques infantis cumpra o estipulado nas normas técnicas e acessibilidade, anexo do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08 de agosto, e demais legislação e normativos vigentes aplicáveis.” -----

“RECOMENDAÇÃO – PELA CRIAÇÃO DE CRECHES MUNICIPAIS -----

A Recomendação n.º 3/2011 do Conselho Nacional de Educação sobre “a educação dos 0 aos 3 anos” considera que a concretização do direito das crianças à creche é “um fator de igualdade de oportunidades, de inclusão e coesão social”. O mesmo documento sustenta que a responsabilização primeira pela educação dos 0 aos 3 anos pertence às famílias, não devendo a frequência da creche ser obrigatória, mas devendo “ser universal, de modo que as famílias disponham de serviços de alta qualidade a quem entregar os seus filhos, serviços esses que devem estar geograficamente próximos da respetiva residência ou local de trabalho”. E, no mesmo sentido, defende que o Ministério da Educação deve assumir progressivamente uma responsabilização pela tutela da educação da faixa etária dos 0-3.-----

É essencial cumprir a Constituição no que se refere aos direitos constitucionais das crianças ao desenvolvimento integral (artigo 69.º) e à Educação (artigo 73.º). O acesso gratuito universal à creche é uma medida de toda importância para a efetividade destes direitos. As crianças, no caso em apreço até aos 3 anos, nunca devem ser castigadas ou discriminadas em função do seu contexto social ou dos seus progenitores. -----

No país, e como podemos observar em Santa Maria da Feira, as respostas sociais para a infância são fortemente protagonizadas pelo setor social, financiado por acordos de cooperação com a Segurança Social. As creches não estão inseridas no sistema de ensino e existe uma grave falta de vagas



em creches no concelho. -----

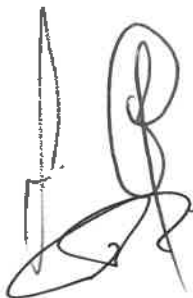
Note-se, aliás, que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) aponta precisamente para a necessidade de se investir no alargamento do número de lugares em creches. Precisamente devido à sua reduzida taxa de cobertura. Houve já autarquias que concorram às verbas do PRR para a criação e/ou construção de creches municipais, assim como outras que as criaram fora desse programa. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 20 de setembro de 2024, delibera recomendar à recomenda à Câmara Municipal:-----

- Que inicie esforços para implementar no concelho uma rede pública e universal de creches.” -----

Interveio o membro **Luis Vieira** (CDU), que começou por dar uma palavra de saudação aos bombeiros e populações pelos dias de inferno vivenciados, acrescentando que, independentemente de todas as questões climatéricas e conjugação de outros fatores, não estão isentas desta calamidade as políticas florestais que têm vindo a ser seguidas nas últimas décadas. Referiu que não basta lamentar o que se passou, e nada fazer para mudar, porque, seguramente, situações idênticas virão a ocorrer.-----

Em relação à moção do BE associada aos parques infantis, deu nota que a CDU vota a favor, concordando com o princípio, mas gostaria de questionar o executivo sobre os atos de abate de árvores, sobretudo, pinheiros mansos, no parque infantil existente no bairro do Cavaco, nas traseiras da rua António Martins Soares Leite. Disse que esta questão foi levantada pelos residentes do bairro, indignados com tal abate, lembrando a importância dos espaços verdes com árvores autóctones, que protegem os solos e reabilitam o ar principalmente quando se encontram junto de um parque infantil e de um parque industrial. Salientou que apenas uma das árvores se encontrava em risco de queda, e



que todas as restantes forneciam sombra ao parque infantil. -----
Quanto à recomendação do BE sobre a criação de creches, disse que votará contra porque a proposta da gratuidade das creches e do alargamento das vagas para todas as crianças não constava no programa do Partido Socialista, e só com a insistência do PCP tal foi possível, o que muito honra o PCP. Salientou que o PCP defende a criação de uma rede pública capaz de suprir a carência de vagas que hoje se verifica em Portugal, mas não é uma rede onde os municípios são os responsáveis. Registou que, se o PCP entende que a transferência de competências, nomeadamente, no domínio da educação, foi um erro grave, não pode compactuar com o alargamento do erro ao nível das respostas nas creches, logo não acompanha esta recomendação, porquanto, ela é coerente no levantamento do problema, mas é populista e inconsequente na solução proposta.-----
Sobre o voto de saudação aos 45 anos do SNS, proposto pelo PS, disse que 45 anos pelo direito à saúde, defender, reforçar e valorizar o SNS, foi o lema usado no dia 15 de setembro, junto dos profissionais e dos utentes, para comemorar o dia, referindo que a CDU não pode deixar de saudar o SNS pelos princípios que introduziu e desenvolveu, tais como a universalidade e gratuidade, bem diferentes daqueles que se viviam no fascismo. -----
Disse que, contudo, os termos em que o voto é apresentado merecem alguns comentários, desde logo porque o SNS não foi produto de uma pessoa, mas da luta do povo e dos profissionais da Saúde. Referiu que algumas questões intrigam a CDU, nomeadamente, como pode o PS vir defender o SNS quando tem uma grande responsabilidade na sua degradação, e não na sua defesa, entregando aos grandes interesses privados a maior parcela do orçamento da Saúde, não valorizando os profissionais, levando-os a ir trabalhar para o setor privado e não fazendo os devidos investimentos ao longo dos seus sucessivos governos. Referiu que passar para os cidadãos a necessidade de reconhecer a importância e



defesa do SNS, é esquecer o seu papel governativo, esse sim de grande impacto para a valorização do SNS, frisando que tal é um ato de pura hipocrisia.-----

Disse que, não deixando de salientar o papel de António Arnaut como a grande personalidade construtora do SNS, não deveria o PS esquecer tantos outros, sem os quais não se teria concretizado um projeto de Abril tão bonito, nomeadamente, o Dr. Alcides Strecht Monteiro, cidadão feirense e deputado do PS na Assembleia Constituinte, que consagrou a saúde como direito inalienável de todos os portugueses e que sempre lutou para que Santa Maria da Feira tivesse um hospital. Concluindo, reforçou que, pelas razões expostas, se iria abster na votação. -----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que, em resposta ao proferido pelo membro Luis Vieira, da CDU, sobre a proposta relativa às creches, disse que, provavelmente, terá havido uma dificuldade de interpretação por parte da CDU porque aquilo que a proposta diz é que a Câmara Municipal deve iniciar esforços para implementar no concelho uma rede pública e universal de creches. Referiu que, portanto, não há nada que diga que tem de ser a Câmara a fazer isso, salientando que criar creches públicas no concelho é um ótimo princípio, estranha é que um partido de esquerda dele discorde.-----

Relativamente às duas propostas do PS informou que o BE as subscreve, com a ressalva, no que concerne à proposta relativa aos 45 anos do SNS, de que urge retirar do papel os posicionamentos e visões de António Arnaut e se implemente, na vida real, a reforma pelo qual António Arnaut e João Semedo lutaram na reta final das suas vidas, garantindo um SNS com carreiras justas, universalidade, com cuidados de saúde bem mais alargados e democráticos, ou seja, um SNS que esteja longe da ganância de quem olha para a saúde como um mero negócio, um SNS de todos.-----



Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que, aludindo ao voto de saudação proposto pelo PS em relação aos 45 anos do SNS, deu nota que o Chega se iria abster. Referiu que, em 2021, os médicos somaram cerca de 7 milhões de horas extraordinárias, o que evidencia o esforço titânico destes profissionais para manter o sistema de saúde a funcionar. Referiu que os salários baixos, a desvalorização das carreiras e a falta de clareza na contratação de profissionais, mostram a desorganização, que ainda não foi resolvida e que vem do tempo da governação do PS. -----

Disse que a solução do Governo, neste momento, baseada no Orçamento de Estado, procura colmatar as falhas com a contratação de médicos sem especialidade, com contratos precários, o que coloca em risco a qualidade dos cuidados de saúde prestados. Fez notar que muitos cidadãos são, assim, tratados como de segunda categoria, sem direito à escolha ou à garantia de uma medicina de qualidade, frisando a importância de uma reflexão sobre os desafios, que o SNS enfrenta bem como as soluções.-----

Referiu que o Chega propõe duas soluções claras para enfrentar a fuga dos médicos para o setor privado, dizendo que a primeira é que os médicos que se formam com o apoio do Estado deveriam retribuir em tempo no Serviço Nacional de Saúde, ou, em alternativa, caso decidam ir trabalhar para o setor privado, deveriam indemnizar o Estado pelos custos da sua formação, tal como acontece atualmente com os pilotos da Força Aérea que optam por sair para o setor privado. Salientou que tal medida visa garantir que o investimento público na formação médica beneficia o SNS e os cidadãos que dele dependem. -----

Disse que, para além de celebrar o passado, urge olhar para o presente e para o futuro do SNS, garantindo que os próximos 45 anos sejam de revitalização e fortalecimento deste serviço essencial. -----

Em relação à recomendação do BE pela criação de creches municipais informou que se vai abster porque o Chega entende que se trata de uma recomendação muito vaga.-----



No respeitante à moção sobre os parques infantis adaptados para crianças com deficiência, disse que votará favoravelmente, ressaltando que, na sessão de setembro de 2023 desta Assembleia, o Chega recomendou à Câmara a requalificação dos parques infantis, apelidando tal recomendação de “luta invisível: o sentimento de uma criança com mobilidade reduzida”.

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que, aludindo ainda ao voto já aprovado nesta sessão sobre os incêndios, bem como à homenagem aos que pereceram e aos que combateram os incêndios, reforçou que é nestes momentos que as sociedades podem escolher entre evoluir ou olhar para trás, porque, no seu entender, o debate está por fazer e devia ser feito pelos órgãos municipais. Recordou que o concelho também foi vítima dos incêndios e que devem ser analisados todos os fatores que os originaram, sejam de natureza humana ou não, registando que o modelo existente não funciona, pois, por mais investimentos que se façam no combate aos incêndios, em mais aviões canadair, em mais helicópteros, o certo é que, em cada ano, a situação repete-se. Disse entender que a resposta a esta temática está na gestão do território, acrescentando que, nos últimos dias, ouviram-se presidentes de Câmara a dizer que não há articulação dos serviços públicos, que as tutelas não funcionam e que a própria distribuição dos poderes tem zonas de vazio e zonas de sobreposição, razão pela qual urge debater a matéria. Disse que o Estado nacional, regional e local não está a proteger as pessoas e os bens, não está a proteger a sociedade como um todo, e, portanto, para além do voto de solidariedade e de louvor àqueles que, apesar de tudo, ajudaram a que o impacto não fosse tão grande, o Município deve sinalizar este momento como um momento de reflexão. Referiu que, para além da reflexão feita no minuto de silêncio prestado, espera que a mesma seja feita nos próximos meses e anos, para que, daqui a um ano, esta Assembleia não esteja a fazer o mesmo e



continuem sem se executar as devidas transformações no sistema de gestão das florestas em Portugal. -----

Concluindo, reforçou estar na altura da rutura, de algo transformador ou de algo estruturante, caso contrário a situação tende a repetir-se, e é isso que mais o preocupa. -----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que, aludindo à moção do BE sobre os parques infantis adaptados para crianças com deficiência, disse que o grupo municipal do PSD vai votar favoravelmente, comentando que o grupo municipal do PSD o faz porque, em geral, respeita e aceita a teor da moção, mas registre-se que a Câmara já tem alguns parques infantis adaptados e inclusivos, ao contrário do alegado. -----

Quanto à moção respeitante à atribuição automática da tarifa social da água, informou que o grupo municipal do PSD vai votar contra. -----

Relativamente à recomendação sobre as creches disse perceber o que está por trás da mesma, salientando que, apesar do membro Eduardo Couto ter referido que o objetivo principal é ter mais creches, mais oferta para as crianças, o verdadeiro objetivo do BE é o ataque ao setor social e à oferta que o mesmo tem dado e continuará a dar. Disse que o grupo municipal do PSD votará contra esta recomendação, embora a posição do Município continue a ser a mesma, ou seja, que quer mais creches, contando com a coordenação do Governo e do setor social, o que é imprescindível e inquestionável para o PSD. -----

Quanto ao voto de saudação pelos 45 anos do SNS, apresentado pelo PS, referiu que o grupo municipal do PSD não pode deixar de se juntar ao mesmo, enquanto serviço essencial e direito fundamental da democracia portuguesa, enaltecendo os profissionais de saúde, os técnicos, assim como todos os que fazem com que, todos os dias, o SNS esteja melhor. -----

Concluiu dizendo que, obviamente, também é preciso refletir sobre os anos difíceis que o SNS tem vivido, mas que a verdade é que o importante é que



o SNS sobreviva e, por isso, o voto favorável. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por referir, quanto ao voto de saudação pelos 45 anos do SNS, que este, com todos os defeitos que tem, é um dos grandes garantes para que as pessoas possam continuar a ter cuidados de saúde. Ressaltou que, apesar dos desafios, das dificuldades e das carências do SNS, este continua a ser a primeira porta onde todos podem bater em caso de necessidade, comentando que todos, de uma forma ou de outra, já se socorreram do SNS, daí o CDS-PP acompanhar este voto.-----

Sobre a recomendação a respeito das creches referiu que se vai abster, embora concordando com o princípio de que haja creches para todos, devem ser articuladas com o que existe, comentando que embora o concelho de Santa Maria da Feira não tenha oferta de creches públicas, tem uma grande oferta do setor social, ressaltando que este tem de ser enaltecido e, cada vez mais, fortalecido. Salientou que as creches, mesmo que anunciadas como gratuitas, nunca são gratuitas porque alguém paga os custos, acrescentando que se pode investir e reforçar o existente, não criando mais problemas ao sistema instituído. -----

Concluindo, disse que vai votar a favor a moção sobre os parques infantis adaptados para crianças com deficiência, comentando que cada vez mais é preciso lutar pela inclusão e pelas acessibilidades para todos. -----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos em discussão, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

- *Voto de Solidariedade e de Louvor (Mesa AM): Incêndios no território nacional* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD:27, PS:13, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar o voto em referência, ao qual a Câmara Municipal se associou. -----



– Voto de Saudação (PS): *“Pelos 45 anos do Serviço Nacional de Saúde”*-----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD:29, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 1 abstenção (CDU), aprovar o voto em referência. -----

– Moção (BE): *“Atribuição automática da Tarifa Social da Água”* -----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 votos a favor (PS:15, BE), 30 votos contra (PSD:29, CH) e 4 abstenções (CDS-PP, IL, CDU, IND), rejeitar a moção em referência. -----

– Moção (BE): *“Parques Infantis adaptados para Crianças com Deficiência”*--
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD:29, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a moção em referência.-----

– Recomendação (BE): *“Pela criação de Creches Municipais”*-----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto a favor (BE), 30 votos contra (PSD:29, CDU) e 19 abstenções (PS:15, CDS-PP, IL, CH, IND) rejeitar a recomendação em referência.-----

Posto isto, a **Sra. Presidente da Assembleia** possibilitou a cada grupo municipal usar da palavra para colocar questões à Câmara, se assim o entendessem, e de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Luís Vieira.-----

Interveio o membro **Luís Vieira** (CDU) que disse ter três interpelações a fazer à Câmara, a primeira para questionar qual é o plano de ordenamento florestal do Concelho e se existe alguma preocupação pelo desordenamento florestal existente, nomeadamente, no perímetro do Castelo. -----
De seguida, questionou o porquê da mudança de posição da Câmara



relativamente à obra do túnel da Cruz, quando inicialmente assumia que iria compartilhar a obra em parte e, agora, assume a totalidade do seu custo, prejudicando uma série de investimentos previstos e cruciais para a vida dos feirenses, acrescentando que gostaria de saber qual será o custo efetivo da obra.-----

Concluindo, perguntou qual é a solução que a Câmara tenciona dar às antigas instalações da escola Fernando Pessoa. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que começou por dar nota que os temas que aborda não são novos, salientando que, pela quarta vez, solicita à senhora vereadora Ana Ozório o favor de o informar em que moldes é que foi aprovado o armazém edificado no entroncamento da Travessa do Calvário, Rua do Outeiro e Rua do Calvário, porque, até ao momento, não obteve resposta.-----

Disse que outro assunto diz respeito ao mau estado das estradas da zona industrial do Roligo - Espargo, salientando que, com a passagem dos camiões pesados, a degradação das estradas está-se a agravar, e que, com a chegada do inverno, a situação vai piorar.-----

Referiu que outra questão é o risco de derrocada nas traseiras da Rua Dr. Domingos Caetano e da Rua dos Serralheiros, comentando que, até à data, nada foi feito. Deu nota que a proteção civil esteve no local, há cerca de um ano, limitando-se a colocar umas fitas.-----

Disse que a sua última questão se prende com um conflito entre vizinhos, na Rua Luís de Camões, no lugar de Picalhos, em que um faz queixa de outro no tribunal, o tribunal pediu um parecer à Câmara e esta emitiu parecer no sentido da remoção ou demolição do telheiro. Salientou que o que se passa é que não se está a falar apenas de um telheiro, mas sim de 21 telheiros nessa zona de habitações vendidas pela Câmara há cerca de 35 a 40 anos, sem licença de habitabilidade. Disse só existir um munícipe, que é funcionário do município, que tem licença do telheiro, comentando



que não pode haver feirenses de primeira nem feirenses de segunda. -----
Concluindo, disse querer saber o porquê destas pessoas não poderem pagar uma coima e legalizarem os telheiros, pois as notificações camarárias vão no sentido da remoção e demolição dos telheiros. Questionou qual é a solução sem ser a demolição, pois estão em causa 21 telheiros feitos durante o dia, e não à noite, perguntando onde andou a fiscalização municipal durante estes 30 anos. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) pretendendo colocar algumas questões à Câmara, a primeira das quais, para perguntar quando é que a mesma vai responder aos diferentes requerimentos enviados pela IL, sobre a estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas, a sua execução, os contratos de gestão eficiente de energia, o levantamento dos licenciamentos de obras particulares e o tempo de resposta, bem como o mapa de investimentos por freguesia. Referiu que a IL tem vindo a apresentar regularmente requerimentos, e que há um prazo legal para a resposta, mas que, até ao momento, não obteve resposta a nenhum deles, pelo que insiste e pede à Sra. Presidente da Assembleia que defenda os interesses dos partidos aqui representados, os seus eleitos, para que a Câmara Municipal responda às questões colocadas. Realçou que não se trata de um assunto da IL, pois é a Assembleia a solicitar à Câmara uma resposta a um pedido de um deputado municipal. -----

Disse que outra questão diz respeito à divulgação, na comunicação social, da realização de uma reunião, no dia 3 de setembro, entre os presidentes dos municípios da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria e o Ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, comentando que, do relato da imprensa, não se retira nenhuma ilação dessa reunião. Referiu que, citando as palavras proferidas pelo Presidente da Câmara após a reunião, basta haver vontade política, por parte do Governo, para concretizar esta velha aspiração da população desta importante região, que



tanto contribui para a economia nacional e para o desenvolvimento de Portugal. Perguntou, quanto a esta aspiração, a requalificação da Linha do Vale do Vouga, se já foi confirmada a vontade política e se vai, ou não, ser concretizada nos próximos meses. -----

Referiu que a sua outra questão é relativa à rede UNIR, recordando que a IL, bem como os restantes partidos, já trouxeram a esta Assembleia, por várias vezes, a preocupação que têm com a eficiência da concessão dos serviços de transportes, no âmbito da Área Metropolitana do Porto (AMP). Disse que a IL continua a receber, embora a uma escala menor, indicações de problemas na rede, pelo que gostava de saber qual é a avaliação feita pela Câmara, acrescentando que não se trata de uma crítica, mas sim de pedir mais informação, dada a maior proximidade desta junto da AMP, para saber se há uma evolução positiva da parte da gestão da autoridade metropolitana dos transportes e dos diferentes concessionários. -----

Neste âmbito, disse também lhe ter chegado a informação de que o Centro Coordenador de Transportes de Lourosa/Fiães não está, de facto, a servir a população enquanto espaço de paragem do transporte rodoviário, pois os autocarros estarão a parar ainda fora do centro coordenador, questionando se isso corresponde, ou não, à verdade. -----

Disse que a última questão é para saber se o Município tem, ou não, algum dispositivo de fácil acesso ao cidadão, nomeadamente uma aplicação digital ou até o uso da aplicação whatsapp, como sistema de alerta para pequenas avarias, arranjos na iluminação pública, limpeza urbana e outras. Referiu que há uma série de municípios, como o de Vila Nova de Gaia, que têm sistemas muito fáceis de usar, onde se pode acompanhar a questão de forma imediata, através do whatsapp, junto dos serviços sejam estes da câmara municipal, da empresa municipal, do concessionário ou das próprias juntas de freguesia. -----

Concluindo, questionou à Câmara se está algo em curso em relação a esta matéria, e, se não, deixava essa sugestão. -----



Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por questionar quantas crianças, com menos de 3 anos, foram sinalizadas e estão em lista de espera para terem acesso às creches, e se há alguma medida que a Câmara possa tomar, em articulação com as entidades que estão no terreno, para minimizar o problema. -----

Referiu, de seguida, que estando a rede UNIR implementada há um ano no concelho, questiona se está a ser cumprido o contrato feito com os feirenses e com os cidadãos da Área Metropolitana do Porto, bem como para quando está prevista a afixação, dos horários e itinerários, para que todos, residentes ou não, possam usar e usufruir das vantagens do Andante, sabendo onde passa, para onde vai e a que horas chega o autocarro que pretendem. -----

Para concluir, referiu que o Município tem, neste momento, a responsabilidade de dar seguimento aos projetos de reabilitação, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), justificando que o prazo para apresentação de candidaturas para a recuperação de habitações devolutas, terminou em julho, pelo que agora, segundo julga, cabe ao Município viabilizar tais processos. Questionou qual o ponto de situação, se há muitos processos, se já foram despachados e respetiva ordem de execução. -----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que começou por referir que considera inevitável que esta Assembleia aborde a questão dos incêndios que, recentemente, devastaram a região, causando enormes danos ambientais, sociais e económicos, tal como ocorreu por todo o país, acrescentando que, embora reconheça que este Período de Antes da Ordem do Dia não é o espaço certo para um debate exaustivo, o Bloco considera importante que, a seu tempo, se inicie um processo de reflexão e preparação para o futuro. -----

Fez notar que, assim, gostaria de saber se o Sr. Presidente, e a Câmara, estão dispostos a promover um debate alargado, que envolva todos os



partidos da oposição e a sociedade civil, o qual, seria crucial para discutir estratégias concretas que permitam colmatar as graves falhas no ordenamento do território, reduzir a plantação excessiva de eucaliptos e promover o reforço de árvores autóctones. Disse ainda acreditar que um debate sério e ponderado, realizado a tempo, será benéfico para todos os municípios, razão pela qual lança este repto à Câmara. -----

Referiu que a sua outra questão diz respeito a notícias recentes lançadas na comunicação social local, por via de uma crítica de uma munícipe relacionada com a escola de Paços de Brandão. Salientou que embora a Câmara Municipal e a Sra. Presidente da Assembleia Municipal já tenham prestados esclarecimentos, o BE gostaria de compreender se o Sr. Presidente pode confirmar, ou desmentir, as suspeitas de que funcionários camarários estariam, alegadamente, a lecionar nessa escola, durante o horário de expediente, e ainda se tem mais algo a aclarar sobre o tema. -----
Concluindo, aludiu ao estado do processo de desagregação das uniões de freguesias no Concelho, questionando se há alguma que ainda não tenha manifestado esse interesse, e se o Sr. Presidente acha que essa desagregação se opera, face aos anseios das populações, até às próximas eleições autárquicas.-----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS), que questionou ao Sr. Presidente da Câmara sobre o estado e a elaboração do orçamento municipal para o ano de 2025. Referiu que o orçamento é uma previsão de receitas e despesas, e, para se prever as receitas, é preciso saber, antecipadamente, quais as taxas e os impostos municipais, nomeadamente a taxa de IMI, a taxa de derrama e a participação no IRS. Disse que tal sucede sempre na sessão de setembro deste órgão, e que era de bom senso que assim tivesse acontecido, porque os serviços e a vereação conheceriam as taxas com que trabalhar para prever as receitas e construir o orçamento. Acrescentou que as taxas podem ser presentes à próxima sessão, porque o Sr. Presidente



dispõe da prerrogativa de ter uma maioria, mas, entende, que deveria ser agendada uma sessão extraordinária para o efeito, comentando que, assim, não se estava a desrespeitar, de alguma forma, os membros da Assembleia Municipal. -----

Interveio a deputada municipal **Alexandra Sousa** (PS) que começou por dizer que as suas questões dizem respeito às atividades escolares de apoio à família, ressaltando que, em Santa Maria de Lamas, a empresa que faz o acolhimento da manhã avisou os pais, a 2 ou 3 dias do início do ano letivo, de que não haverá a valência do acolhimento. Disse saber que o limite mínimo para haver essa valência é de 10 crianças e, no início do ano, só há 8, mas a empresa não propôs às famílias outra solução, nomeadamente, a adotada no ano anterior, em que os pais pagaram o diferencial. Referiu que, estando a Educação na alçada do Município, solicita ao mesmo a devida colaboração para se encontrar uma solução, junto das associações de pais e com assistentes operacionais, para que, no próximo ano letivo, não volte a haver esta angústia para alguns pais. -----

Disse que outra questão tem a ver com a organização das atividades de enriquecimento curricular (AEC), questão que abordou na última sessão, insistindo em saber quais as atividades e como estão organizadas, uma vez que, agora, também são da responsabilidade do Município. -----

Referiu, ainda, que a natação para os alunos do 4.º ano foi anunciada, na comunicação social, como sendo uma aposta do Município, mas, agora, chegou a informação de que há a obrigatoriedade da frequência das AEC para se poder usufruir da natação. Disse saber que há alunos que poderão não querer estar nas AEC, mas que poderão querer a natação, salientando que poderia haver a liberdade de escolha. -----

Para finalizar, questionou se a natação faz parte das AEC, e, se houver alunos que não frequentem as AEC, e decorrendo as mesmas no horário letivo, quem terá a responsabilidade de ficar com essas crianças. -----



Interveio o membro **Rodolfo Castro** (PSD) que disse ser com grande satisfação que a bancada do PSD vem, por este meio, congratular a equipa do Jovem Autarca e a Câmara Municipal pela criação do Cartão Jovem Municipal. -----

Disse que o Cartão Jovem é muito mais do que um simples benefício, podendo ser considerado uma ferramenta de inclusão, participação e valorização da juventude. Informou que se destina a jovens entre os 12 e os 29 anos, permitindo desde o acesso facilitado à cultura e ao desporto, até aos descontos em estabelecimentos locais e transportes, o que reflete o compromisso do Executivo com a criação de condições favoráveis para que os jovens do Concelho possam crescer, aprender e explorar, e, acima de tudo, viver em Santa Maria da Feira. -----

Salientou que esta iniciativa contribui diretamente para o desenvolvimento pessoal, profissional e cultural dos jovens, ajudando-os a tirar o máximo partido de tudo que o Concelho, o País e a Europa têm para oferecer, pelo que convida todos os jovens feirenses a aderirem ao Cartão Jovem. Ressaltou que não se trata apenas de aproveitar descontos e vantagens, mas sim de se envolverem ativamente e de fazerem parte de uma rede que lhes dá mais oportunidades, em suma, de serem agentes de mudança.-----

Disse também querer deixar umas palavras em relação à edição de 2024 da Viagem Medieval, frisando que este evento é considerado um dos maiores eventos a nível nacional, e é o maior evento cultural do Concelho, com vários impactos de fundo. Referiu que, começando pelo impacto cultural, a Viagem Medieval é uma verdadeira aula ao ar livre, uma vivência histórica que valoriza a identidade coletiva, fortalece as raízes e enriquece a memória do Concelho, acrescentando que esta edição contou com cerca de 110 propostas de animação cultural e cerca de 1200 intervenientes culturais. -----

Destacou, neste âmbito, a reabertura do Castelo à comunidade.-----

Salientou ainda que a Viagem Medieval vai muito além da cultura, pois o



seu impacto económico é inegável, atingindo uma faturação global na ordem das 2 milhões de euros em 2024, entre entradas e merchandising. Realçou que, nos dias do evento, o Concelho transformou-se num ponto de encontro para centenas de milhares de pessoas, dando nota que, este ano, registaram-se cerca de 650 mil visitantes. -----

Destacou ainda o extraordinário envolvimento da população feirense, salientando que a Viagem Medieval é feita pelo povo e para o povo, tendo contado, em 2024, com aproximadamente 1600 colaboradores e cerca de 400 voluntários, por dia. Referiu que este espírito de cooperação e de participação torna a Viagem Medieval um evento autêntico, nascido das mãos da comunidade, pelo que todos se devem sentir como parte do seu crescimento, o que enriquece a população feirense enquanto comunidade. - Concluindo, disse que o sucesso deste evento reflete, acima de tudo, uma visão estratégica que o Concelho tem adotado para a promoção cultural, do turismo e do desenvolvimento económico, reforçando que a Viagem Medieval é, e deve ser, um orgulho para todos, um cartão-de-visita do Concelho e um símbolo do potencial de Santa Maria da Feira. -----

De seguida, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados, começando pelas questões colocadas pelo membro Luís Vieira, da CDU. Sobre o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, disse já ir na 3.ª geração, informando que o mesmo teve parecer favorável da Comissão Municipal de Defesa da Floresta a 16 de fevereiro de 2021, bem como mereceu parecer positivo vinculativo do ICNF, tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal no dia 26 de junho de 2021 e publicitado no Diário da República e no site da Câmara Municipal. -----

Sobre uma alegada mudança de posição da Câmara, quanto ao custo efetivo da obra conhecida como túnel da Cruz, envolvendo o túnel e a regeneração e requalificação urbana de toda a zona, desde a saída da A1



até à zona de Picalhos, disse já ter explicado exhaustivamente o assunto em ambos os órgãos municipais, bem como na comunicação social. Informou que a Câmara lançou concurso para a contratação do projeto, na sequência do acordo feito com a Infraestruturas de Portugal, projeto que custará 580 mil euros, acrescentando que o custo estimado da obra é de cerca de 26 milhões de euros, o que melhor se aferirá aquando da realização do estudo prévio. -----

Explicou que a proposta feita à autarquia, no diálogo com o Governo, foi esta assumir 50% do valor da obra, ou seja, 13 milhões de euros, comentando que essa situação foi consensual, pelo menos, entre os partidos com maior representatividade no concelho e que em lado nenhum se viu a Câmara a dizer que ia assumir a totalidade da obra. -----

Referiu que a Câmara só assume este valor, bem como assumirá algum valor no caso do Tribunal, porque as suas contas são robustas, permitem-no fazer sem colocar em causa o normal funcionamento da mesma, nem todos os outros investimentos que se encontram em curso no território. ----

Salientou que o que disse, foi uma coisa diferente, ou seja, que se a Câmara tivesse de optar entre os mais de 20 milhões do novo edifício do Paços do Concelho e a obra do túnel da Cruz, optaria, por ser prioritária, pela obra de requalificação do túnel da Cruz e, só depois, iniciaria, a obra dos novos Paços do Concelho, reafirmando que foi este o sentido dado e não o referente ao custo da obra. -----

Em relação às antigas instalações da escola Fernando Pessoa, informou que o que está desenhado para ali é o novo centro escolar de Santa Maria da Feira, com 16 salas para o 1.º ciclo e cerca de 6 salas para jardim de infância, o qual vai substituir na totalidade a EB n.º 1 e, em parte, a EB n.º 2 de Santa Maria da Feira. Afirmou ser um projeto que, neste momento, ronda os 13 milhões de euros, encontrando-se em fase final de revisão, o que significa que, tecnicamente, a Câmara estará em condições, dentro de semanas, de proceder à abertura do procedimento de concurso público



para encontrar o construtor da obra. Deu nota que a obra contempla a demolição integral da escola Fernando Pessoa, com exceção do pavilhão gimnodesportivo, que vai ser totalmente requalificado e que, para além de servir os alunos, estará aberto, após o horário escolar, à comunidade e às associações. Salientou que o projeto está preparado nesse sentido e, além disso, permite ainda fazer uma rotunda no desembocar da Avenida Francisco Sá Carneiro com a Rua Ferreira de Castro, para que o trânsito possa circular melhor nessa artéria. -----

Aludindo às questões colocadas pelo membro Miguel Branco informou, quanto à situação da zona industrial do Roligo, que a Câmara tem em curso um plano em que vai requalificando, paulatinamente, todas as suas zonas industriais. Indicou, como exemplo disso, a requalificação da zona industrial do Casalinho e a intervenção em curso na zona industrial de Souto/Mosteirô, acrescentando, sobre esta, que estão a ocorrer diálogos para serem feitas algumas alterações, na sequência de observações feitas pelos empresários e pelas pessoas. Referiu que a Câmara está também a atuar na zona industrial em Milheirós de Poiares, e brevemente fará o mesmo na zona industrial de Escapães. Disse que a zona industrial do Roligo tinha um problema complexo por causa da instalação da empresa Forvia Faurecia, mas que a situação está agora mais desafogada com a mudança de instalações da mesma, mas que não tem dúvidas de que aquela zona industrial também tem de ser requalificada. -----

Sobre a edificação no Calvário disse que, segundo informação dada pelos técnicos, o que está em causa é a construção de um edifício destinado a comércio e serviços ao nível do rés do chão, bem como a execução de muros de vedação à face das vias públicas, o que é compatível com o espaço residencial de nível 2, cumprindo o disposto no regulamento do PDM no referente ao uso e classificação do solo. Acrescentou que o promotor apresentou declarações assinadas pelos proprietários confinantes, a sul e a poente, e que a pretensão se enquadra no contexto



urbano do edificado existente, nomeadamente, na sua relação com o espaço público envolvente, cêrceas e volumetria, infraestruturas existentes e previstas, cumprindo os demais requisitos urbanísticos previstos no RMUE e legislação em vigor. Informou ainda que a obra possui título construtivo.-----

Sobre a questão do risco de derrocada nas traseiras da Rua São Domingos Caetano, disse que os serviços técnicos estão a terminar o processo para o submeter à APA - Agência Portuguesa do Ambiente, com vista à execução da obra de consolidação das margens, salientando que gostaria que o processo fosse mais célere.-----

Em relação à reportada situação dos telheiros, explicou que tratando-se de processos urbanísticos, é-lhe impossível, no momento, dar as devidas informações, pelo que, posteriormente, dará nota da situação.-----

Quanto à falta de resposta aos requerimentos, tema abordado pelo membro Carlos Martins, deu nota que as respostas serão dadas na próxima semana.-----

Sobre a reunião dos autarcas com o Ministro das Infraestruturas e Habitação, informou que se tratou de uma reunião em que se debateram as principais obras infraestruturais da Área Metropolitana do Porto (AMP), sendo que a Linha do Vale do Vouga é uma prioridade inquestionável para os 6 municípios da Associação dos Municípios de Terras de Santa Maria (AMTSM). Disse que se tratava de uma necessidade e de uma prioridade a ser discutida, nessa reunião, pelos 17 municípios da AMP, especialmente, como uma forma de acelerar a mobilidade na zona sul da AMP que, como todos reconhecem, está mais atrasada do que a mobilidade na área norte, e, portanto, carece de investimentos.-----

Salientou que o primeiro e mais evidente desses investimentos é a requalificação da Linha do Vale do Vouga, a qual foi assumida como prioritária, ficando por saber, se o Governo, também, a prioriza. Esclareceu que o Sr. Ministro deixou muito claro que é efetivamente uma prioridade



da AMTSM, é uma prioridade da AMP e é uma prioridade imediata do Governo português, e que, durante o mês de setembro ou outubro, reuniria com os autarcas da AMTSM para apresentar o modelo de requalificação da linha. -----

Referiu que, assim, espera ter em breve novidades positivas sobre o assunto, acrescentando que será uma requalificação muitíssimo superior àquela que, agora, está a acontecer, que é preventiva e de manutenção. ----

Sobre a rede UNIR, disse ser evidente que a Câmara tem acompanhado esse dossier, em particular, com a abertura do ano letivo. Recordou que se sabia que a implementação da rede não ia estar isenta de falhas, daí que a Câmara tenha, com prontidão, disponibilizado toda a sua unidade de gestão de frota e os motoristas, para que as crianças não ficassem nas a pé nas paragens. -----

Deu nota que os principais constrangimentos localizam-se, neste momento, em Canedo, no Vale e em Espargo, em que a Câmara está a substituir a empresa no transporte de alunos, acrescentando que essa situação está a ser avaliada. Disse saber que as pessoas continuam com dificuldade em consultar a rede de informação, porque a matéria é densa, salientando que a Câmara tem procurado ajudar os agrupamentos de escolas a fazer essa leitura, mas continua a ser um problema. -----

Fez notar que o Município também é afetado pelos constrangimentos que existem no lote 4, pois é necessário fazer transportes entre municípios, pelo que não só é preciso resolver os problemas do lote 5, como também os do lote 4. Salientou que, em bom rigor, os problemas diminuem, estando centrados nas áreas que referiu, mas que isso não quer dizer que não haja percalços, nas 96 linhas. -----

Sobre um sistema de alerta, informou que o Município está a implementar um sistema de alerta, rápido, sobre matérias que são enviados diretamente para os serviços, acrescentando que, nos serviços do pelouro das obras municipais, isso já acontece. Fez notar que, nesse pelouro, quando é



identificado um problema, o mesmo é comunicado diretamente ao responsável pela resolução do mesmo, de forma digital, e quando o problema está resolvido é dada nota dessa resolução.-----

Esclareceu ainda que está a ser estudado a possibilidade de extravasar do sistema interno da Câmara para a população, ou seja, um cidadão dá um alerta, o funcionário responsável recebe o alerta, corrige a situação e, enquanto corrige, fotografa e envia ao cidadão, informando-o que a situação está resolvida.-----

Aludiu, de seguida, às questões colocadas pelo membro Ângelo Santos, e, sobre a lista de espera para as creches, referiu tratar-se de um problema nacional, não sendo este município exceção. Informou que já abordou o tema com a Secretária de Estado da Ação Social, dando-lhe nota de algumas situações que a Câmara podia, rapidamente, ajudar a resolver, nomeadamente nas IPSS existentes no Concelho, a qual mostrou abertura para haver essa colaboração. Deu nota que o objetivo é que as regras sejam adaptadas a um país que precisa de responder, com celeridade, à questão da falta de creches, com menos burocracia e rapidez de decisão, reforçando que a autarquia está a acompanhar as IPSS nessa matéria. Ainda neste âmbito, disse que aquilo que a Câmara visualiza é uma rede de creches, onde existe espaço para o privado, espaço para o terceiro setor, e onde, se for necessário, existe espaço para o público, através da Câmara Municipal. Sobre a fixação dos horários da rede UNIR, disse já ter dado uma breve explicação do trabalho que é feito junto dos agrupamentos de escolas. Acrescentou que a Câmara vai instalar postaletes em todo o concelho, e que só ainda não estão instalados porque o concurso foi sujeito a uma impugnação judicial, a qual está resolvida a favor da Câmara, mas que atrasou o processo em 6 meses. Deu nota que os horários estão disponíveis no site da Câmara e no site da Unir, mas que não são intuitivos, pelo que é preciso torná-los mais acessíveis e de fácil leitura.-----

Em relação aos projetos no âmbito do PRR informou que o papel da



Câmara foi dar apoio técnico às 21 entidades privadas que se quiserem candidatar, que aguardam o desfecho das mesmas, comentando que não consegue dar o ponto de situação de cada uma.-----

Quanto às questões colocadas pelo membro Eduardo Couto referiu, sobre a promoção de um debate alargado a respeito das políticas dos fogos florestais e do ordenamento territorial, que diria que esse é um trabalho, em primeira linha, que pode partir, como já partiu, do espectro partidário. Realçou que esse debate deve, obviamente, começar na Assembleia da República e, depois, chegar aos municípios, acrescentando que a Câmara, se os partidos o propuseram, seguramente, não se colocará de fora do debate desta matéria.-----

Sobre a questão da Escola Profissional do Paços Brandão e das cada vez mais frequentes denúncias anónimas que existem no espectro político partidário português, desde o espectro nacional ao local, e ao qual Santa Maria da Feira não está imune, informou que a autarquia deu as explicações que lhe foram solicitadas. Realçou que, em primeiro lugar, a Escola Profissional do Paços Brandão não é um agrupamento de escolas, mas sim uma escola privada, portanto, de iniciativa privada. Deu nota que, verificada a situação, dos mais de 1500 funcionários que a Câmara tem, 2 funcionários estavam devidamente autorizados a lecionar, em horário que não contende com o horário de trabalho camarário, situação devidamente enquadrada pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. Realçou que é possível um funcionário ser docente desde que não haja prejuízo para os serviços, comentando que tudo foi feito *"by the book"*, nos termos do regime legal.-----

Quanto às insinuações de que tais funcionários estariam ligados ao partido que suporta a Câmara, disse ser uma acusação difícil, porque não se podem identificar, mas que se o fizerem, será uma surpresa grande, tudo isto para que não digam que é de determinado partido quando a intervenção cívica, partidária e autárquica nada tem a ver com o partido



que suporta a Câmara Municipal, acrescentando que, quando se fazem denúncias anónimas, é preciso verificar previamente os factos para que não possam ser facilmente rebatidos.-----

Sobre a desagregação de uniões de freguesia do Concelho ressaltou que esta Assembleia Municipal acompanhou, a par e passo, essa matéria, estando os processos na Assembleia da República, pelo que, agora, compete à Assembleia da República tratar do assunto. Salientou que a Câmara está fora da discussão quanto a saber se algumas não terão mandado o processo até ao dia 31 de dezembro, reforçando que a decisão está nos senhores deputados da Assembleia da República. Disse que a previsão é, no Concelho, passar de 21 para 28 freguesias, permanecendo a União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, ressaltando que as restantes uniões de freguesia pediram e receberam pareceres favoráveis dos órgãos locais, das freguesias e do município, pelo que é este o ponto da situação.-----

No que concerne à questão da construção do orçamento municipal, colocada pelo membro Daniel Gomes, disse que, em primeiro lugar, a Câmara não está a fazer nada que não seja legalmente possível. Disse que, na sua opinião e com toda a cordialidade, a Câmara pode ser acusada de tudo, mas não gostava que fosse acusada de desrespeito aos membros da Assembleia, ressaltando que a Câmara tem o seu método de trabalho e tem os seus timings de análise dos assuntos. Referiu que estava prevista esta sessão ser realizada no dia 27 de setembro, mas não foi realizada nesse dia a pedido do Partido Socialista, por razões da sua vida interna, comentando que, se fosse no dia 27, a Câmara poderia trazer à Assembleia as taxas dos impostos, reforçando que, contudo, o ponto que interessa é que a Câmara cumpre escrupulosamente aquilo que está previsto na lei. Salientou que, apesar de ser tradição a Câmara trazer estes pontos à sessão de setembro, é possível fazer-se com clareza um orçamento, de acordo com as regras de construção do orçamento. -----



De seguida, passou a palavra ao Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, Gil Ferreira, para responder às questões colocadas pela deputada municipal Alexandra Sousa.-----

Interveio o **Vereador Gil Ferreira** que, em relação à situação do complemento de apoio à família, disse ser habitual procurar ajustar as condições em benefício das pessoas, pelo que, se a Alexandra Sousa lhe fizer chegar a situação em concreto, vai pedir aos serviços da unidade de administração e gestão escolar para verificar se é possível viabilizar a situação. -----

Relativamente aos temas das atividades de enriquecimento curricular, deu nota que o Município promove o planeamento, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30.01, em estreita articulação com os órgãos de gestão, tendo transmitido aos agrupamentos de escolas, em tempo, que as áreas de enfoque deveriam estar relacionadas com os temas previstos no Plano Estratégico Educativo Municipal. Referiu que esse plano é muito recente e teve uma ampla participação, de mais de 2 mil participantes, numa votação que contou com quase 500 participantes, oriundos de diversos quadrantes, acrescentando que, inclusive, houve “focus group” que observou aquelas que eram as perceções, ambições e visões de grupos, como a câmara municipal, a assembleia municipal, presidentes de junta de freguesia, diretores de agrupamento e presidentes de conselhos gerais. Reforçou que, efetivamente, foram definidas as grandes áreas estratégicas, por via do Plano Estratégico Educativo Municipal 2030, sendo que os conselhos pedagógicos a propor e a articular os conteúdos das atividades de enriquecimento curricular, os quais são aprovados nos conselhos gerais, salientando que é esta a metodologia usada. -----

Sobre a natação, informou que a mesma é promovida de acordo com um modelo de gestão que potencia a frequência das atividades de enriquecimento curricular, sendo esse o enfoque, porque, tal como o nome



indica, enriquecem os alunos e concorrem para a aquisição de aprendizagens essenciais que preparam o aluno na saída da escolaridade obrigatória. -----

Neste âmbito, deu nota de que, no município, apenas é executado 80% do orçamento que o Estado Central atribui para o acesso às atividades de enriquecimento curricular, lamentando que mais crianças não possam beneficiar dessas atividades. -----

Salientou que o modelo de gestão é o de potenciar os recursos que são atribuídos pelo Estado Central para a dinamização da escola a tempo inteiro, disponibilizando a autarquia o acesso às piscinas municipais, e, nesse sentido, é preciso conjugar essas duas dimensões. Realçou que as atividades de enriquecimento curricular não são de frequência obrigatória, mas julga que o acesso às práticas no meio aquático, até por uma questão de equidade social, deveria ser incrementado, por quem tem funções políticas na sociedade. Referiu que, na verdade, o acesso à natação é gratuito e universal para aqueles que desejarem frequentar as atividades de enriquecimento curricular, no 4.º ano de escolaridade do 1.º ciclo do ensino básico, acrescentando que os alunos que, por qualquer motivo, não o desejem fazer, naturalmente, ficarão na escola e acompanhados pelos recursos a ela afetos. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** disse querer ainda saudar a intervenção, bem explicativa, feita pelo membro Rodolfo Castro sobre a introdução do Cartão Jovem Municipal, uma iniciativa da equipa Jovem Autarca, assim como a avaliação que o mesmo fez sobre a Viagem Medieval. -----

Interveio novamente a deputada municipal **Susana Correia** (PS), que disse que a última resposta que o Sr. Presidente da Câmara podia ter dado à pergunta sobre as taxas e impostos, é que ela da responsabilidade do PS. Referiu que se o Sr. Presidente de Câmara entende que, a 27 de setembro,



a Câmara tem as taxas fixadas para as propor à Assembleia, propõe a realização de uma sessão extraordinária para o efeito, esclarecendo que o PS informou a Sra. Presidente da Assembleia, numa altura em que não sabia qual seria a data da sessão, que o PS tinha agendado, para o dia 27 de setembro, as eleições para a federação.-----

Concluindo, reforçou que se a antecipação de 7 dias impossibilitou a discussão dos assuntos em causa, o PS propõe, dada a importância dos mesmos, a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para discutir tais matérias.-----

O Sr. Presidente da Câmara reafirmou que a Câmara tinha planeado, até porque os serviços estavam a avaliar os mapas de receita, decidir sobre as taxas dos impostos a tempo da sessão da Assembleia Municipal que se previa realizar no dia 27 de setembro. Referiu que, tendo sido antecipada para o dia 20, pelas razões indicadas, a Câmara não tem essas decisões tomadas.-----

Salientou que, contudo, será avaliada a possibilidade de ser feita uma sessão extraordinária, sendo certo que não há nenhuma lei que obrigue a Câmara a fazer aquilo que o membro Daniel Gomes referiu.-----

A Sra. Presidente da Assembleia deu nota que está em cima da mesa a hipótese de ser feita uma sessão extraordinária, e que tal até já foi falado em sede da Comissão Permanente, que servirá não só para aprovar as taxas como, também, para discutir outros temas, para que a sessão ordinária, onde se discutirá o orçamento não tenha tantos temas, possibilitando assim maior tempo de debate do orçamento.-----

Saíram os membros Valdemar Silva e Maximino Costa.-----

Entrou o membro José Carlos Silva.-----



PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 – Ata N.º 19 – Sessão Ordinária de 27 de junho de 2024-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe, que lhes foi oportunamente disponibilizada, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão, não participam na sua votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 39 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe.-----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Serafim Guimarães, Joana Silva, Jorge Pereira, Cláudia Santos, Susana Correia, Lia Ferreira, Eduardo Couto, Luís Vieira, Manuel Melo e Nuno Albergaria.-----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício, registado sob o n.º 15.290, em 13/09/2024, subscrito pelo Sr. Presidente da Câmara, referente ao IV Relatório de 2024, o qual sintetiza a atividade e situação financeira do Município – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. -

Usou da palavra a Sra. Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, para dar um esclarecimento, fazendo notar que, na última sessão, a respeito do III Relatório de 2024, o membro Daniel Gomes levantou uma questão relativamente à evolução do endividamento municipal, à qual, na altura, não conseguiu dar a devida justificação. Referiu que, nesse relatório, constava que o total da dívida do grupo municipal totalizava cerca de 11 milhões e 621 mil euros, e o membro Daniel Gomes perguntou, e bem, como é que foi possível aumentar a dívida, face ao relatório anterior, de 9



milhões para 11 milhões de euros. -----

Disse que, de facto, tal aumento só seria possível se a Câmara tivesse feito empréstimos, ou se não estivesse a pagar a tempo e horas, ou se não estivesse a amortizar empréstimos, e, na altura, referiu que a justificação poderia estar relacionada com um aumento temporário da dívida a fornecedores, que poderia ter havido um pico de faturação, que tivesse sido lançada, dando a ideia do aumento da dívida. -----

Deu nota que já teve a oportunidade de dar a devida explicação, diretamente, ao membro Daniel Gomes, mas que não teve a oportunidade de o fazer perante a Assembleia, daí querer, agora, fazer o reparo.-----

Explicou que, para o cálculo do endividamento da dívida municipal, as operações de tesouraria têm de ser deduzidas ao valor, e que eram de cerca de 3 milhões de euros, mas a fórmula do cálculo foi buscar uma célula parcial, de 68 mil euros, em vez de ir buscar o valor dos 3 milhões de euros. Informou que, portanto, o valor correto da dívida total não seria os 11 milhões e 621 mil euros, como constava no documento apresentado na última sessão, mas sim de 8 milhões e 231 mil euros, confirmando assim a tendência de diminuição do endividamento municipal.-----

Fez notar que, neste momento, a dívida está na casa dos 6 milhões e 672 mil euros, vendo-se uma diminuição do endividamento municipal, exatamente porque a Câmara não contraiu novos empréstimos, porque tem estado a amortizar empréstimos durante o ano, e porque paga a tempo e horas.-----

Disse querer aproveitar para, em relação ao IV Relatório de 2024, dar nota que, na listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados, num dos contratos mencionados, designadamente o designado como “revisão de diversos projetos de execução do município”, no valor de 100 mil euros, aparece que o procedimento adotado foi o ajuste direto, mas que foi lapso, dizendo que o correto é concurso público. -----

Acrescentou que, na mesma listagem, no item designado como



“coordenação e elaboração dos projetos para a obra de intervenção urgente de mitigação de patologias graves no Castelo de Santa Maria da Feira”, consta, também por lapso, que o procedimento adotado foi a aquisição de serviços, mas que o correto é que foi um ajuste direto, de 8 mil euros.-----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse ter duas interpelações a fazer quanto à listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados, e que a primeira tem a ver com o item designado “serviços de comunicação - Mercado Municipal de Santa Maria da Feira”, com um valor de praticamente 20.000 €, feito por ajuste direto, questionando de que é que tratam estes serviços e porque é que não são feitos pela Câmara. -----

Disse querer colocar a mesma questão em relação à “elaboração do Plano Estratégico Municipal para a Juventude”, com um valor de 13.500 €, por ajuste direto, questionado o porquê, se é por motivos de falta de confiança política no trabalho da vereação, e se faz sentido pagar 13.500 € por um plano que pode ser feito pelos técnicos do Município, pois está certo que estariam qualificados para o fazer. -----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que disse que o grupo municipal do PS queria deixar algumas questões e sugestões para aquilo que é a necessidade de melhoria da transparência da Câmara, no intuito de deixar contributos construtivos. -----

Disse que, assim, começava por solicitar à Câmara que, nos quadros dos relatórios em apreço, onde consta alguma informação importante, a mesma não está devidamente detalhada e não permite perceber, exatamente, do que é que se está a falar. Referiu que, como exemplo, no quadro III refere os investimentos em terrenos, em habitações, e por ano, mas não se sabe em quantos terrenos, em quantas habitações e de que tipo, frisando que esse tipo de informação é fundamental para que os membros desta Assembleia possam acompanhar as atividades municipais. -----



Salientou que, no que diz respeito à listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados, fazia sentido introduzir colunas mais informativas e esclarecedoras. Disse que nessa listagem, no documento hoje em apreço, aparecem designações como serviços de design e identidade, mas que não se percebe para que projeto diz respeito, se é referente à identidade da Câmara, ao seu logótipo, ou para um determinado projeto do Imaginarius. Realçou que este tipo de informação é importante, pois vão aparecendo muitos fornecimentos com designações semelhantes, desde a aquisição de som, a aquisição de luz, e, depois, não se percebe a que dizem respeito, pois não existe essa informação. Referiu que, por exemplo, era importante perceber porque é que a Feira Viva tem sempre um conjunto tão extenso de equipamentos, e, ainda assim, a Câmara tem de constantemente estar a requisitar esses serviços. -----
Prosseguindo, disse que gostava de perceber, em relação à rúbrica com a designação “serviços para apoio na elaboração do caderno de encargos, no âmbito da candidatura Bairro Comercial Digital – Vai-me à Loja”, como é que a tal se concretiza, se é só para fazer o caderno de encargos do projeto Vai-me à Loja, que é uma derivação de um projeto que já existiu, mas que não se chegou a ver desenvolvimentos.-----
Reforçou, assim, da importância de introduzir algumas colunas que pudessem dar informação mais detalhada e completa em relação aos serviços listados.-----
Concluindo, disse querer deixar um reparo porque constatou a existência da aquisição de módulos de casa de banho para um parque de lazer e a instalação de equipamentos num parque infantil, comentando que, em ambos os casos, convinha que já fossem previstas as questões da acessibilidade para todos.-----

Interveio, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, **Gil Ferreira**, que, em relação



às questões colocadas pelo membro Eduardo Couto, disse que começaria pela situação da elaboração do Plano Estratégico Municipal para a Juventude, dado que o mesmo tem um conjunto de especificidades que gostaria de partilhar.-----

Disse estar-se perante uma ação que implica ter um bom diagnóstico que permita, depois, elaborar o plano estratégico e o plano de ação, comentando que o procedimento de contratar entidades ou especialistas para a elaboração ou coordenação de planos estratégicos é comum às entidades de governo, sejam elas de governo nacional, regional ou local. ----

Salientou que a Câmara tem, de facto, técnicos competentes, mas que não abrangem todas as áreas de especialidade que um plano desta dimensão obriga, e, nesse sentido, a autarquia consultou um conjunto de cinco entidades, fez uma análise objetiva da proposta de valor de cada uma delas, tendo, inclusive, partilhando esse trabalho com o Conselho Municipal de Juventude. Fez notar que, assim, foi selecionado o especialista Carlos Sousa Santos, que é um especialista de relevo à escala europeia e que tem reconhecido mérito na área da Juventude, com uma vasta experiência em elaboração de planos estratégicos desta dimensão, e tendo um conjunto de ligações a entidades internacionais que, certamente, vão proporcionar acesso e posicionamento ao município de Santa Maria da Feira, fazendo notar que o mesmo apresentou o orçamento mais baixo de todas as propostas consultadas. Disse que, nesse sentido, a opção da Câmara foi essa, a de procurar uma entidade especializada para coordenar a elaboração do plano, para envolver todos os stakeholders, as partes interessadas, entre as quais os eleitos locais. -----

Quanto à questão dos serviços de comunicação para o Mercado Municipal, referiu que um ajuste direto é o que o próprio nome indica, comentando que se a autarquia quisesse consultar várias entidades, teria feito uma consulta prévia ou um concurso público com prévia qualificação ou sem prévia qualificação. Realçou que a Câmara selecionou a entidade que



entendeu ter as melhores condições para a realização do trabalho, esclarecendo que não se trata apenas de imagem e comunicação, mas sim de um programa de capacitação para os operadores, de 32 horas de formação. Referiu tratar-se de todo o trabalho de registo fotográfico, da organização e produção das visitas à obra, da elaboração do website e de toda a produção da entidade gráfica e do plano de comunicação e a gestão da sua implementação, pelo que, portanto, não foi apenas a marca e a imagem que foi adjudicada pelo valor referido.-----

De seguida, usou da palavra a Sra. Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, que, quanto à questão do detalhe da informação que consta nas informações da atividade e situação financeira, de que falou a deputada municipal Lia Ferreira, disse que o detalhe está versado nos documentos de prestação de contas, como é o caso da discriminação dos terrenos.-----

Referiu que não fazia sentido, numa informação presente à Assembleia nas sessões ordinárias, e tendo dois relatórios de prestação de contas, um do 1.º semestre e, depois, a prestação de contas no final do ano, criar muito detalhe, porque tal acaba por pesar esta informação.-----

Referiu que também concorda que é altura de melhorar documento, para que a informação chegue de outra forma, e que tal está a ser estudado tecnicamente, mas que tal alteração só acontecerá num início do ano, até pela questão do histórico, pois as rubricas serão outras. -----

Quanto à questão da listagem das obras e fornecimentos, disse ver mais complicado implementar o sugerido pela Lia Ferreira porque tal detalhe tornava a listagem muito extensa. Explicou que, por norma, a cada um dos contratos está subjacente um caderno de encargos, com um capítulo da questão técnica, do que é pedido, que muitas vezes é extenso, pelo que o que seria colocado no documento seria sempre um resumo, que poderia pecar por defeito, pelo que não lhe parece viável essa situação. Fez notar



que, contudo, está sempre disponível para, em qualquer situação que se entenda necessário, se houver alguma questão, a mesma lhe ser colocada diretamente e fará chegar essa informação, comentando que esse método é mais fácil. -----

Sobre o nome que aparece na designação dos procedimentos disse que até ela tem, por vezes, dificuldade em saber do que se trata, reforçando que o Executivo vai tentar melhorar a forma como a informação é prestada, mas que não promete que seja ainda este ano. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a informação em referência. -----

3 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de Arrifana -----

4 – Alteração à postura de trânsito na União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado em sede de Comissão Permanente, os mesmos seriam apreciados em conjunto e submetidos, separadamente, a votação. De seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 12 de agosto de 2024 e restante documentação que as acompanham – oportunamente disponibilizadas aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse que o assunto do chamado túnel dos Passionistas, da sinalização, foi levantado na Assembleia de Freguesia pelos membros do PS, no sentido de, sendo o caos tão grande, pelo menos se dar um sentido àquele túnel. -----

Referiu que, quando na Câmara se decidiu eliminar a passagem do trânsito no túnel, os vereadores do PS também se insurgiram, tendo dito que



tal era por uma questão de segurança e de mobilidade da população. -----

Disse julgar que o Sr. Presidente da Câmara também passa naquela zona e conhece o que ali se passa, o tempo que se perde, pelo que lhe pede que ponha a mão na consciência e pense naquilo que passam as pessoas estão ali a viver, acrescentando que o Sr. Presidente tem constantemente anunciado a questão do túnel da Cruz, mas que aquilo que se pretende é que essa obra seja rapidamente concretizada. A respeito dessa obra comentou que ainda bem que o Sr. Presidente largou a receita de atacar o governo anterior, e o anterior, e o anterior do anterior, durante décadas. ---

Sobre o permitir a circulação num sentido, de forma provisória, no túnel dos Passionistas, pergunta que provisório é este, até quando, e se a Câmara não está a pensar seriamente em todo aquele local, incluindo o acesso ao hospital, a parte da via rápida para as ambulâncias, o estacionamento do hospital, realçando que aquela zona desenvolveu-se, e bem, para não falar das grandes superfícies comerciais que se deixou nascer ali, pois se o fizesse dir-se-ia que o PS está contra as superfícies comerciais, quando não está. -----

Reforçou que o PS, sabendo que a situação não vai ser provisória e assistindo aos anúncios que a Câmara vai fazendo sobre a resolução do problema, pergunta se a Câmara não está a pensar em acrescentar mais nada para além de deixar circular, no túnel, num sentido único, tendo em conta aquilo que as pessoas vivem, diariamente, para aceder tanto ao hospital como à zona dos Passionistas, e enquanto não é concretizado o tão aguardado túnel da Cruz. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por dizer que, por vezes, fica surpreendido com as intervenções efetuadas, comentando que é Presidente de Câmara há 5 meses e que não se trata de uma questão de meter a mão na consciência, mas sim de trabalhar para a resolução do problema, no caso em concreto. -----



Sobre a questão dos muitos anúncios que dizem que fez, referiu que, se assim é, seguramente já é do conhecimento dos senhores deputados, e da deputada Susana Correia, que outras medidas a Câmara vai fazer. Disse que já teve a oportunidade de as enumerar, nesta sessão, mas que volta a repetir que a regeneração urbana do túnel da Cruz contempla a reformulação da saída da autoestrada A1, da rotunda da A1, contempla um túnel entre, mais ou menos, o hotel Nova Cruz e o monumento aos 100 Anos do Clube Desportivo Feirense, contempla um acesso privilegiado direto a veículos de emergência médica, assim como a funcionários e profissionais da saúde, ao Hospital de São Sebastião, contempla uma rotunda de interseção da circunvalação, a rotunda de Picalhos, e contempla as praças por cima do túnel da Cruz, que ligam as duas partes da cidade. Ressaltou que os sucessivos anúncios não são sucessivos anúncios, mas sim explicações a pedido das pessoas, inclusive a pedido dos senhores deputados, que lhe questionam qual o ponto da situação.-----
Salientou que, como já referiu nesta sessão, foi aberto o concurso para a contratação dos projetistas, um concurso de 580 mil euros, que tem 385 dias como limite máximo para a sua execução, findo o qual se procederá à abertura do concurso público para a execução da obra. -----
Disse perceber que não se queira que se fale do governo anterior, pois percebe o incómodo e o aborrecimento que isso é porque, durante 8 anos de Governo do PS, o Ministro das Infraestruturas, que, como o Presidente da Câmara, conhece a situação, tinha o poder de decisão e os meios financeiros para tal, mas não o fez. -----
Referiu que, não julgando essa situação, a verdade é que foi aberto um concurso público de 580 mil euros, com o dinheiro cativo, e que tal não é um anúncio, mas sim um passo concreto, comentando que, se foi com este Presidente de Câmara e com este Governo, assim aconteceu e as pessoas é que julgarão, mas que não o impeçam de contar os factos históricos sobre esta matéria. -----



Salientou que, além disto, também é do conhecimento da deputada Susana Correia que está em curso um projeto de execução, em que a Câmara vai alterar a Rua de Santo André, entre a rotunda do hospital e a rotunda vulgarmente conhecida como rotunda do Mercadona, ressaltando que, inclusive, a autarquia já discutiu essa matéria com a Administração do Hospital, por causa da situação da emergência médica, frisando que não é um anúncio, pois o projeto de execução já está a ser feito. -----
Concluindo, e no âmbito da decisão de abrir o túnel dos Passionistas à circulação, com sentido único, disse que, porque se tentou dizer que foi o PS que propôs, na Assembleia de Freguesia, essa medida, teve de explicar novamente aquilo que é sobejamente conhecido por toda a Assembleia, e que já havia explicado nesta sessão. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

3 - Alteração à postura de trânsito na freguesia de Arrifana -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD:29, PS:14, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a alteração à postura de trânsito em epígrafe, com implicações no Largo Manuel José Pereira, nos termos da deliberação camarária de 12 de agosto de 2024. -----

4 - Alteração à postura de trânsito na União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD:29, PS:14, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar a alteração à postura de trânsito em epígrafe, com implicações na passagem inferior da EN223, ligação entre a Avenida Fortunato Menéres e a Rua Ferreira de Castro, nos termos da deliberação camarária de 12 de agosto de 2024. -----

Saiu o membro António Valdemar Ribeiro. -----



5 - Apoio à Junta de Freguesia de Fiães - Obras de requalificação, adaptação de edifício para instalação da sede da Junta de Freguesia - Trabalhos complementares -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 12 de agosto de 2024 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse que, desde a primeira hora, o BE acompanha esta requalificação por considerar que se trata de uma obra muito necessária na cidade de Fiães, recordando que, aliás, no passado, o voto do BE foi determinante para aprovar a obra na Assembleia de Freguesia. -----

Referiu que, porém, em conformidade com a representação do BE na freguesia de Fiães, pela voz de Tatiana Ferreira, não pode compactuar com esta revisão, numa lógica que se aproxima ao tempo das derrapagens orçamentais, acrescentando que o que está para votação, nesta sessão, é uma prova de uma falta de planeamento grosseira por parte dos demais envolvidos, assim como uma subversão daquilo que deve ser um concurso público, com a qual o BE não compactua. -----

Concluindo, deu nota que apresentará uma declaração de voto a explicar melhor a posição do BE. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por dizer que importa esclarecer, ainda a propósito do anúncio feito pelo Sr. Presidente da Câmara com o atual Governo sobre o túnel da Cruz, que foi o anúncio que o anterior Presidente da Câmara fez com o Governo anterior, pelo que são mais anúncios de protocolos. -----

Sobre o apoio para a reabilitação do edifício da Quinta do Inspetor, para a



instalação da sede da Junta de Freguesia de Fiães, disse que aquilo que o grupo municipal do PS tem feito é acreditar, de boa-fé, no que é apresentado pela Câmara e pelas juntas de freguesia, acrescentando que a nota que o PS deixa é que considera muito bem entregue o apoio às juntas de freguesia para que estas possam desenvolver o seu trabalho. -----

Referiu que, no caso em concreto, trata-se de um concurso em que a dona da obra é a Junta de Freguesia, que inicialmente ficou deserto, e, posteriormente, foi aprovado um reforço da verba do apoio a atribuir pela Câmara, uma vez que se teve de modificar o valor base do concurso. -----

Disse que, agora, a Assembleia é novamente chamada para deliberar sobre os trabalhos a mais, reafirmando que faz boa-fé da Câmara e da Junta de Freguesia, pois certamente tais trabalhos, que não se sabe quais são, não estão incluídos no caderno de encargos do concurso que foi aberto, comentando que se o Sr. Presidente da Junta de Freguesia estivesse presente na discussão deste ponto, poderia esclarecer, pois sabe quais são esses trabalhos.-----

Acrescentou que, na anterior deliberação tomada sobre o assunto, se dizia que a entidade apoiada não poderia usufruir de novos apoios, com o mesmo âmbito, pelo período de 8 anos a contar da data da deliberação que concede o apoio, pelo que, portanto, o grupo municipal do PS vai aprovar o apoio com base na boa-fé da Câmara e da Junta de Freguesia, mas sem qualquer base documental para tal, pelo que apresentará uma declaração de voto. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que referiu que ia falar mais ou menos da mesma coisa, mas não queria deixar de fazer uma menção porque a justificação que aparece por parte de quem acompanha o assunto diz, citando: "...vem demonstrar os enormes constrangimentos que se deparou com um conjunto de trabalhos imprevistos e imprevisíveis (...) não passíveis de serem detetados no início da obra". -----



Referiu que, desta justificação, fica-se a saber o mesmo, pois não explica que trabalhos imprevistos foram esses e que imprevisibilidades foram essas, pelo que gostava que, nestes casos, a informação fosse, no mínimo, mais precisa, para que a votação fosse, talvez, ainda mais enfática.-----
Salientou que, conforme disse a deputada municipal Susana Correia, os deputados municipais não vão votar contra um apoio a uma obra de uma junta de freguesia, no seguimento de um acordo que a Câmara tinha à partida, mas que não lhe parece que imprevisível e imprevisto sejam argumentos suficientes para justificar um aumento desta grandeza do valor da empreitada, mas que, obviamente, acredita na boa-fé das duas partes e, portanto, a IL não pode deixar de votar a favor. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Quando estamos a lidar e a trabalhar com os recursos financeiros do povo e de quem nos elege, devemos ser sérios e rigorosos na sua gestão e utilização, se não for por mais, ao menos por respeito. -----

É comum que, por norma, nada aconteça. No entanto, estamos num momento em que é necessário mudar o paradigma. Está na hora de agirmos e expressarmos o nosso desagrado com esta situação, pois, senão vejamos:-----

Já não é a primeira vez que a junta vem a esta câmara solicitar ajuda e apoio no reforço de verbas para a conclusão das obras. A nossa questão é: -
Onde está e o que está a fazer a empresa responsável pela fiscalização?-----
Aquando da adjudicação dos trabalhos, não houve visitas prévias à obra por parte do empreiteiro? -----

Existe, de facto, um orçamento?-----

O que consta nesse orçamento? -----

Qual é o prazo de vigência?-----



Qual é o preço contratual inicial? -----
Existem obrigações principais no contrato? -----
Existem sanções contratuais?-----
Até quando irão continuar os trabalhos adicionais? -----
Por estes motivos, e outros que não vale a pena enumerar nesta sessão,
optaremos por nos abster na votação deste ponto.”-----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP), que disse que gostava que o
Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fiães, que é membro desta
Assembleia, e enquanto principal interessado no apoio em discussão,
estivesse presente na discussão deste assunto para poder esclarecer os
deputados municipais. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse estar em causa
uma empreitada de obra pública, a qual, no sistema jurídico português, é
aquela em que é mais fácil de monitorizar e controlar a todo o caminho. ----
Disse que os trabalhos complementares, os trabalhos extra, estão previstos
legalmente, por uma coisa que é muito razoável, pois quando se vai iniciar
uma obra, por mais que se tente prever tudo o que vai suceder, há sempre
a hipótese de não correr da maneira prevista, em particular quando se
trata da reabilitação de um edifício com bastante idade. Referiu ser por
isso que a lei prevê a possibilidade, até uma certa percentagem, da
existência de trabalhos a mais, acrescentando que o projeto tem um gestor
de contrato, que é obrigatório por lei, o qual se responsabiliza por ele e
presta as devidas informações, assim como há uma equipa de projetistas e
uma empresa de fiscalização. -----

Ressaltou que a Junta de Freguesia pode fazer chegar todos os
documentos, mas que se a preocupação dos membros desta Assembleia se
prende com a salvaguarda dos dinheiros públicos, como é compreensível, é
preciso dizer que a Câmara só paga mediante a apresentação dos autos de



medição e da fatura, pelo que tem de haver a concordância entre a equipa de fiscalização e o empreiteiro, assim como a justificação dos trabalhos e mais, frisando que a empreitada em apreço segue exatamente as mesmas normas de uma empreitada da Câmara Municipal. -----

Referiu que, provavelmente, é a primeira vez que um assunto deste género é presente à Assembleia Municipal, mas que tal acontece por se tratar de uma junta de freguesia a fazer a empreitada, acrescentando que, provavelmente, é preciso melhorar as informações a prestar à Assembleia Municipal, mas que a situação em apreço é muito concreta. -----

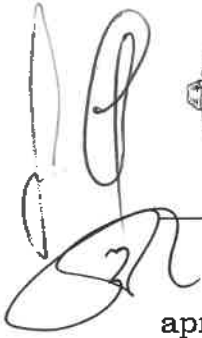
Sobre a questão dos 8 anos, informou que a Câmara considera que se trata de uma atualização do valor, dentro da obra, explicando que o que não pode acontecer é fechar a empreitada, com as contas fechadas, estando a receção provisória feita, e, a seguir, ser pedido um outro valor, frisando que, aí, a deliberação é clara ao dizer que não pode ser atribuído. -----

Saiu o membro José Carlos Silva. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor (PSD:27, PS:14, CDS-PP, IL, CDU, IND), 1 voto contra (BE) e 1 abstenção (CH), aprovar a atribuição à Freguesia de Fiães de um apoio financeiro, até ao valor máximo de 69.200,14 €, nos termos e condições propostos na deliberação camarária supraidentificada. -----

A deputada municipal **Susana Correia** (PS) fez chegar à Mesa declaração de voto, por escrito, com o seguinte teor:-----

“O Grupo Municipal do Partido Socialista (GMPS) votou favoravelmente a atribuição à Junta de Freguesia de Fiães, conforme documentação disponibilizada pela Câmara Municipal, designadamente ata da reunião de Câmara e ofício da Junta de Freguesia de Fiães a solicitar o apoio, tal como



aprovou em Assembleia Municipal anterior o apoio para o mesmo efeito – requalificação do edifício, Casa da Quinta do Inspetor, para instalação da sede de Junta de Freguesia de Fiães, no entanto, o GMPS não teve acesso a documentos que descrevam o plano de trabalhos que sustentam os trabalhos complementares nem orçamento, referido pela Junta de Freguesia de Fiães no seu ofício à Câmara Municipal, para solicitarem o apoio a ser atribuído pela Câmara. -----

É nosso entendimento que é importante que as obras em causa se concretizem, temos como garantia que sustentou o nosso voto favorável, a confirmação do senhor Presidente de Câmara, Dr. Amadeu Albergaria, em ata que acompanhou este ponto à Assembleia Municipal, de que a empresa de fiscalização corroborou as obras imprevistas que motivam o novo apoio. Alertamos para o facto de na ata da R.O. de Câmara de 09/10/2023 que refere o apoio anteriormente atribuído, referir que não poderiam acontecer apoios no mesmo âmbito, estamos certos pela explicação do Sr. Presidente de Câmara de que a Câmara conferiu as questões legais necessárias para a atribuição do apoio para trabalhadores suplementares das obras de requalificação do edifício – Quinta do Inspetor – para instalação da sede da Junta de Freguesia de Fiães. -----

“3. Em quaisquer situações em que, por facto não imputável ao empreiteiro e que se mostre devidamente justificado, se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, deve o empreiteiro apresentar um novo plano de trabalhos.” -----

Acima um excerto do contrato respetivo, portanto solicitamos à Câmara os documentos em causa que deveriam ter sido disponibilizados para a discussão e aprovação em Assembleia Municipal.” -----

O membro **Eduardo Couto** (BE) fez chegar à Mesa declaração de voto, por escrito, com o seguinte teor:-----

“O Bloco de Esquerda desde sempre se manifestou favorável a uma



requalificação com rigor e qualidade para aquele que é um espaço bastante nobre para a cidade de Fiães, como é o caso da Quinta do Inspetor. No passado, não tivemos qualquer problema de acatar o pedido da Junta de Freguesia no sentido de lutar por um projeto mais ambicioso e que tivesse em conta as especificidades do edificado. Nesse mesmo momento, o voto do Bloco de Esquerda foi determinante para fazer avançar um projeto que a população desta cidade tanto ansiava. -----

Porém, o Bloco de Esquerda/Santa Maria da Feira, em conformidade com a posição do Bloco de Esquerda/Fiães, não está disposto a passar cheques em branco a um executivo que solicita reforços desta envergadura sem os justificar previamente e devidamente. -----

Ademais, consideramos que as verbas que são solicitadas deviam ter sido devidamente acauteladas no lançamento do concurso público caso o interesse público fosse de facto salvaguardado e caso houvesse um devido planeamento de obra. Reafirmamos ainda que esta questão é uma subversão daquilo que consideramos ser um concurso público com a devida idoneidade.”-----

Saíram os membros Daniel Gomes e José Castro. -----

6 – Alteração ao Mapa de Pessoal para 2024 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 9 de setembro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) dizendo querer fazer um reparo, não sobre o conteúdo, mas sobre a forma como o documento é apresentado, fazendo notar que o mesmo é muito pouco perceptível e que é



complicadíssimo conseguir ler o que está escrito, solicitando que estes documentos sejam enviados com a devida qualidade gráfica para que possam ser lidos uma forma normal, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** disse que iria acatar a recomendação. -----

Interveio o membro **Luis Vieira** (CDU) que disse votar a favor, mas que deixa a ressalva que, perante o apresentado, a CDU é levada a crer que o Município se está a munir de quadros para, no futuro, não ser necessário adjudicar certos serviços a empresas externas e não ser necessário alocar verbas, no orçamento, para este efeito. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD:26, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND) e 14 abstenções (PS:13, BE), aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal para 2024, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentraram os membros António Valdemar Ribeiro, José Carlos Silva, Daniel Gomes e José Castro. -----

**7 – Consulta ao mercado para aquisição de imóveis para a habitação no âmbito do 1.º Direito/Plano de Recuperação e Resiliência, Investimento RE-C02-I01 – Programa de apoio ao Acesso à Habitação--
- Não adjudicação e revogação da decisão de contratar -----**

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 26 de agosto de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -



Interveio o membro **Luís Vieira** (CDU) que disse que, tal como a CDU já referiu em sessões anteriores desta Assembleia, considera, em relação à aquisição de novos imóveis no âmbito do PRR, que não devem ser os municípios a suprir as necessidades na área da habitação, devendo isso ser assegurado pelo Instituto de Habitação e Requalificação Urbana (IHRU). Disse que a CDU considera que a prioridade do Município deve ser a reabilitação dos fogos existentes, e não a aquisição de novos empreendimentos, por isso, no seu entendimento, não fez qualquer sentido a consulta ao mercado imobiliário que foi feita.-----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse que, aquando da aprovação desta consulta ao mercado, o Bloco foi uma das vozes que disse, taxativamente, que esta verba era irrisória e completamente desfasada, tendo em conta a situação do mercado profundamente especulativo e que domina os preços da habitação, que tanto afeta a população de Santa Maria da Feira.-----

Salientou que o BE avisou que este procedimento ia ficar vazio, e, mais uma vez, tinha razão, tendo o PSD optado por ignorar tal constatação óbvia, ou seja, que o Município não iria comprar uma única casa com aqueles valores. Disse que a Câmara optou por meramente gastar tempo e recursos, pois sabia, desde a primeira hora, que a medida não ia funcionar, mas, apesar disso, tentou criar a sensação de que estava a fazer os mínimos olímpicos sobre o assunto, tendo falhado redondamente.-----

Concluindo, salientou que o BE assistiu, com bastante expectativa, ao marketing e toda a campanha feita nos jornais acerca desta medida, pelo que, agora, quer compreender se a Câmara vai investir o mesmo esforço em propaganda, naquela que é a revogação desta medida falhada. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de



seguida, se transcreve: -----

“A habitação é uma questão central em Santa Maria da Feira, especialmente considerando o contexto económico atual, onde o aumento contínuo dos preços do mercado imobiliário dificulta ainda mais o acesso à habitação. Louvamos o esforço da Câmara Municipal em tentar abordar este problema com medidas como o programa de apoio ao acesso à habitação no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, mas é evidente que a situação exige mais do que uma resposta isolada, dada a gravidade do cenário local. -----

A falta de opções acessíveis, agravada pela estagnação do poder de compra das famílias, torna ainda mais relevante a necessidade de um plano de ação robusto e de soluções de longo prazo. É preocupante que, numa consulta ao mercado, apenas uma empresa tenha concorrido e que esta não tenha cumprido os requisitos necessários. Isso levanta a questão sobre como a Câmara irá proceder daqui para frente para garantir que o processo avance de forma eficaz. -----

Uma questão importante que o Chega traz à mesa é a alocação de imóveis ainda desocupados em freguesias como Fiães e Santa Maria da Feira. Além disso, o partido sublinha a necessidade de critérios claros e transparentes para a atribuição das habitações, bem como um envolvimento mais próximo das freguesias, que estão na linha da frente no entendimento das necessidades reais das suas populações. A ideia de proximidade é fundamental para garantir que as decisões políticas reflitam as realidades locais e as necessidades das famílias que vivem em condições indignas. ----

Assim, o futuro do acesso à habitação em Santa Maria da Feira dependerá não só da implementação de projetos concretos, mas também de um compromisso com a transparência e a inclusão de todas as partes envolvidas. Quais serão os próximos passos da Câmara após o fracasso desta adjudicação, e de que forma o município garantirá que as próximas etapas sejam mais bem-sucedidas, com mais propostas e soluções



eficazes?-----

Por fim, o Chega também coloca a questão sobre a viabilidade de um modelo de concurso público que permita a entrega de imóveis pela autarquia após a conclusão das obras. Seria importante que a Câmara esclarecesse a legalidade e a exequibilidade deste tipo de abordagem e se considera envolver o Tribunal de Contas para avaliar essa possibilidade.” --

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse que, como o concurso ficou vazio, pensa que a Câmara não vai voltar a repetir o mesmo, com mais verba, para poder aliciar os possíveis interessados.-----

Questionou, assim, se a Câmara vai optar por utilizar os terrenos municipais disponíveis para construir, para, dessa forma, suprimir as carências habitacionais existentes no Município.-----

Usou da palavra o membro **Carlos Martins** (IL) que disse que a sua intervenção não é para fazer uma sinalização de virtude sobre a importância da habitação em Portugal, mas para questionar à Câmara se, tendo o concurso ficado deserto, não pode optar por fazer um ajuste direto, havendo condições e interessados para tal, comentando que, em muitos procedimentos de contratação pública, isso pode acontecer.-----

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS), que começou por congratular o PS porque, se existe o Programa 1.º Direito, é graças ao PS ter tido o cuidado de olhar para o parque habitacional e perceber o quanto Portugal precisava de um investimento sólido na habitação, tendo a audácia de criar o 1.º Direito, que levou a que nomeadamente esta Câmara tivesse, finalmente, a sua primeira estratégia de habitação municipal.-----

Referiu que a Câmara aderiu, e bem, a esse programa, e agora cumpre perceber se, à luz do que já foi abordado pelos membros antecedentes, e percebendo as dificuldades que a Câmara teve com o concurso, o que é que



a mesma tem delineado como estratégia para suprir este constrangimento e, assim, cumprir os seus compromissos, inscritos no âmbito da estratégia que foi assinada a propósito do 1.º Direito. -----
Concluindo, disse que o PS está disponível para ajudar a Câmara, se esta assim o entender, a refletir sobre o assunto, para que Santa Maria da Feira possa ter, realmente, um parque habitacional mais completo e adequado às necessidades identificadas pelas famílias. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por dizer que o membro Luís Vieira, da CDU, fez uma declaração da posição ideológica da CDU, que respeita, comentando que parte dessa posição ideológica está, aliás, contemplada em toda a estratégia de habitação a nível nacional. -----
Sobre a questão levantada pelo membro Eduardo Couto, do BE, quanto aos valores que a Câmara usou no concurso, informou que há normas do IHRU que são usadas, dando nota que existe uma mediana que, no caso do concelho de Santa Maria da Feira, é baixa. Referiu que a Câmara sabia que esse fator iria dificultar imensamente o concurso, mas, sem prejuízo disso, avançou para o mesmo, na tentativa de conseguir resolver a situação de acordo as normas estipuladas. -----

Salientou que a mediana estipulada pelo IHRU para Santa Maria da Feira, por metro quadrado, é muito baixa em relação à de municípios vizinhos, comentando que, se isso é bom para os cidadãos feirenses, prejudicou a Câmara no concurso, mas, ainda assim, esta tentou elevar, até ao máximo, o valor por metro quadrado, mas ficando ainda a muitos euros de distância, por metro quadrado, face aos municípios vizinhos. -----

Quanto à propaganda que na altura foi feita pela autarquia, disse que a Câmara fez o seu papel e, agora, o deputado do BE fará o papel absolutamente contrário, de criticar a Câmara Municipal, comentando que confia que o mesmo fará muito bem esse papel. -----

Sobre o ponto da situação no que refere ao problema da habitação,



salientou que, em primeiro lugar, é um problema internacional, é um problema europeu, é um problema nacional e é um problema em Santa Maria da Feira. Realçou que existem duas vertentes, ou seja, o estímulo público, que é o que a Câmara está a fazer, assim como a questão dos privados e o mercado regular-se a ele próprio. -----

Disse que, não entrando na questão do debate político nacional e da reafectação de verbas que teve de ser feita, a verdade é que, ainda no passado dia 13 deste mês de setembro, foi apresentado novos fundos para o PRR, assim como a maneira de se resolver algumas das situações. -----

Salientou que das 26 mil casas previstas no PRR, só 16 mil estão a cumprir o prazo previsto no PRR, e, então, o governo anunciou que quer passar de 26 mil para 59 mil casas, que podem ter financiamentos que vão desde os 60% até aos 100%, atualizando as medidas e fazendo um reforço da dotação de 2,8 mil milhões de euros. -----

Acrescentou que, no âmbito da Estratégia Local de Habitação que foi validada na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, já há um valor de candidaturas na ordem dos 66 milhões de euros, e, agora, é aguardar para ver a aprovação das mesmas e o financiamento que terão. -----

Salientou ainda, quanto à questão da reabilitação dos fogos, pela qual o membro Luís Vieira mais mostrou preocupação, que a Câmara, de acordo com a Estratégia, tem 2 escolas que são reafetadas para habitação em Canedo, que representam 9 fogos, tem 7 empreendimentos de habitação que representam 218 fogos, mais outros 7 que representam 179 fogos, e fogos dispersos por todo o concelho, perfazendo os tais 66 milhões de euros que mencionou. Informou que a reabilitação destes fogos já está em projeto de execução, depois vai para a fase de revisão do projeto, para, depois, se abrir o concurso, focando que o Município está posicionado para recorrer às candidaturas. -----

Disse que, para além disto, a Câmara também ajuda entidades privadas e IPSS, em particular a Casa do Povo de Santa Maria de Lamas, o Centro



Social de Paços de Brandão, assim como 21 candidaturas espontâneas, de cidadãos do Concelho, fazendo notar que a obrigação da autarquia, nestas candidaturas, não é o financiamento, mas o apoio técnico à mesma, e que é isso que tem acontecido na esmagadora maioria delas. -----

Referiu que, entretanto, estão terminados os estudos prévios para a construção de 12 empreendimentos de habitação a custos controlados no município, pelo que se vai passar para a fase da feitura do projeto de execução e de especialidades, dando nota que esta construção representa cerca de 41 milhões de euros. Salientou que, à medida que os projetos vão ficando feitos, vão sendo abertos os concursos vai-se indo aos fundos do PRR, reafirmando que houve um percalço com esses fundos, pois esgotaram, mas o Governo decidiu reafetar mais verbas. Reforçou que os financiamentos vão de 100 a 60%, dependendo da maturidade, estando ainda por perceber quais são os prazos das candidaturas que vão abrindo, para o Município se poder adaptar aos mesmos. -----

Concluindo, disse que colaboração da deputada municipal Lia Ferreira é bem-vinda, pois sabe que a mesma é especialista nesta matéria. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD:29, PS:14, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), não adjudicar bem como revogar a decisão de contratar, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

8 – Suldouro – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A. -----

- Relatório de Contas relativo ao exercício de 2023 e Certificação Legal de Contas-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 9 de setembro de 2024 e restante



documentação, que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Informou que foi solicitado, na Comissão Permanente, que estivesse presente nesta sessão o representante do Município de Santa Maria da Feira na Suldouro, Sr. Fernando Moreira, e, após agradecer a amabilidade e a disponibilidade do mesmo, e de lhe dar as boas-vindas a esta Assembleia, passou-lhe, então, a palavra. -----

Interveio o **Sr. Fernando Moreira** que disse o que se passa a citar: -----

“É com todo o prazer que aqui estou, com a devida autorização, naturalmente, do Sr. Presidente da Câmara e a convite da Sra. Presidente da Assembleia Municipal. -----

Talvez não vos vá dizer coisas que vocês não saibam. O Relatório e Contas é extenso, é bastante preciso, versa todos os pontos que a Suldouro está a atravessar. -----

Eu dava uma panorâmica muito geral da Suldouro, falaria principalmente de um problema que eu sei que afeta os munícipes, as freguesias, e o senhor Presidente da Câmara, não só da Câmara da Feira, mas também o da Câmara de Gaia, que é naturalmente o projeto PaP (porta-a-porta). Penso que são essas as principais preocupações, entre outras, depois farão o que entender, eu darei as respostas que puder, o que não souber, naturalmente, poderemos por escrito resolver o problema. -----

Como sabem a Suldouro é, há alguns anos, uma empresa privada que tem dois parceiros municipais com uma percentagem de 40%, 60% pertencem à EGF, um grupo de 13 empresas que lidera, neste momento, no país, a recolha e o tratamento dos resíduos. -----

Gostaria só também, para que tivessem uma ideia, isto pode não parecer importante, mas eu julgo que é, toda a panóplia de resíduos gira à volta dos PERSU que se vão construindo, portanto, foi construído o PERSU 2020, que está concluído, e que gostaria que ficassem com esta ideia,



porque, às vezes, ouve-se críticas aos municípios e designadamente à Suldouro, e gostaria de vos dizer, dar esta nota, de que a Suldouro e, conseqüentemente, os municípios, cumpriram a 100% todos os objetivos do plano, do PERSU 2020. Está agora em elaboração o PERSU 2030, que já vai atrasado, porque já estamos em 24, extremamente exigente, basta dizer-vos que se prevê que, em 2035, a deposição em aterro contemple apenas 10%.-----

Isto, como compreendem, quando se está a depositar 60 e mais por cento, nesta altura, não vai ser uma tarefa fácil, vai exigir muito de todos, e vai custar muito dinheiro. Portanto, é importante que estejamos todos conscientes disso.-----

Até 2030, por exemplo, terá que se fazer uma recolha de biorresíduos da ordem das 54 mil toneladas, na Suldouro, correspondendo a Santa Maria da Feira 15 mil. Imaginem, isto quando partimos de 700, neste momento, o esforço que também não será possível fazer. Tudo isto está a ser tratado entre a Suldouro, a Câmara Municipal, foi proposta um PERSU, temos ainda uma resposta apenas provisória da APA, esperamos que seja aprovado, embora o esforço, como vos digo, seja quase hercúleo, diria eu. --
Sobre o famigerado porta a porta, que muita gente fala, também gostaria de vos dar esta ideia. Isto é um projeto que só acontece porque, de facto, a recolha seletiva nos ecopontos, apesar de termos uma capitação muitíssimo boa, temos cerca de 7.000 ecopontos nos dois concelhos. Quando vos falo em números, falo-vos em números da Suldouro, porque não os tenho separados entre Feira e Gaia, mas, na Suldouro, nós temos cerca de 7.000 ecopontos, o que dá uma capitação de cerca de um ecoponto por 200 habitantes. Mas, com esse número de ecopontos, nós não conseguimos captar os produtos recicláveis necessários para atingir as metas que estavam previstas. E avançou-se para o projeto porta a porta, que é um projeto mais prático, naturalmente mais caro, mas que resolveu significativamente o problema. Vocês lembram-se, eu ainda estava por esta



casa, quando foi feito o projeto-piloto, que ninguém estava muito interessado em recolher o projeto-piloto, tivemos de andar aí a arranjar 2 ou 3 sítios, um aqui na Feira, que foi concretamente em Santa Maria da Feira, julgo que na área de Espargo, e a outra em Vila Nova de Gaia, para se chegar à conclusão, para ver se valia a pena avançar com isso, ou não.-- De facto, em termos de habitações, o projeto-piloto foi positivo e avançou-se com isso, mas não se avançou na totalidade. Houve uma candidatura. O que gostaria de dizer-vos é que isto é uma empresa privada, mas que está sujeita a orientações do concedente, com pareceres da APA, e rigorosamente regulada pela ERSAR. Portanto, a Suldouro, apesar de ser uma empresa privada, não pode fazer aquilo que pretende, tem que cumprir com o que o concedente lhe determina que ela faça, designadamente cumprindo os objetivos do PERSU, onde ela se não os cumprir, é penalizada.-----

Portanto, foi possível comprar 140 ou 150 mil ecopontos, 10 camiões, e iniciar-se o processo de recolha porta-a-porta. Nós sabíamos que aquilo não chegava para todas as freguesias, embora isto esteja, também, muito dependente da adesão de cada freguesia. Deixem-me que vos diga que isto não é muito linear, e a empresa tem que fazer também um esforço em benefício de todos nós, porque nós tivemos freguesias onde a adesão foi de 30%, o caso concreto de Santa Maria da Feira, a freguesia onde tivemos menos adesão, foi uma que teve 50%, que hoje, julgo, já terá muito mais. -- Portanto, tem havido aqui um esforço da Suldouro muito grande para que as freguesias onde temos 30, passe para 40 ou 50%, para rentabilizar os recursos. Porque se nós tivermos 30% e tivemos 10 camiões a passar uma rua e duas, ou a ir a uma rua só recolher um ecoponto, isto, como compreendem, não é rentável, quer em termos económicos, quer em termos ambientais, quer em termos de recolha dos produtos. Portanto, o que se tem tentado, ao longo deste tempo, isto é um processo muito complicado, tem uma logística difícil, é preciso contactar diversas vezes as



peçoas, então estabeleceu-se a estratégia de começar por dois polos. Entendeu a Suldouro, e as câmaras concordaram com isso, que se iniciasse a recolha pelas freguesias de Sermonde e Canedo, porque eram as que tinham os aterros, e, depois, tentar-se fechar aqui a malha, levando as freguesias seguintes. Portanto, não houve aqui nenhuma escolha especial, foi uma questão de rentabilizar os circuitos que se iam criando. ----- Isto é um processo que se arrasta há algum tempo, e rentável, quando digo rentável é em termos de recolha de produtos, porque, enquanto com os ecopontos, nós tínhamos uma capitação de cerca de 30 e poucos quilos por habitante, neste momento, na recolha seletiva, estamos com cerca de 70 quilos. Portanto, a Suldouro teria todo o interesse em que isto avançasse mais rapidamente, os senhores presidentes de Câmara, desde o início, que nos levantaram o problema, que isto ia ser complicado, nós não chegar a todas as freguesias. Eu percebo isso, e percebo também “porque é que vai para ali e não vai para a minha?” É que não chega, porque o circuito já não pode chegar lá.-----

O que está previsto, estas empresas são obrigadas a fazer planos de investimento de 2 em 2 anos, está-se a preparar o de 2025-2027, que contemplará já grande parte das infraestruturas necessárias e das aquisições necessárias para o cumprimento do PERSU 2030. Só para terem uma ideia da grandeza, os investimentos que estão previstos até 2030 são da ordem dos 181 milhões de euros. Portanto, também é importante que tenhamos consciência da grandeza destes números, porque, às vezes, isto é impeditivo, não é uma empresa qualquer que, nestes 6 ou 7 anos, consegue fazer um investimento destes se não houver fundos. E o PERSU ainda não tem estabelecidos quais os fundos a que se poderá concorrer. Naturalmente, eu julgo que eles irão aparecer.----- Só para vos dar também outra ideia, porque poderá ser importante para vocês, para nós concluirmos, na Suldouro, as freguesias, creio que são 4 ou 5 que faltam em Santa Maria da Feira, e em Vila Nova de Gaia, porque é



criada, é feita uma análise em cada freguesia, e é estimado e visto o número de habitações onde é possível instalar os contentores. Estabelece-se 2 mil habitações, por exemplo, numa freguesia, e depois vai-se tentar que se atinja essas 2 mil habitações, naturalmente ficamos pelos 50 a 60%, queremos ver alargamos isso. Fez-se esse esforço, foi-se aumentando, tínhamos 12 mil contentores que eram chamados os contentores de substituição. Como não tem havido, felizmente, grandes substituições, havia muita pressão das freguesias, havia interesse também da Suldouro, e no interesse do ambiente, em que se aumentasse a recolha seletiva, portanto, agarramos nesses 12 mil contentores e distribuímos-los por Gaia e Feira, e daí que tenha-se feito, ultimamente, Mozelos e Nogueira da Regedoura, que foram enquadrados nos circuitos que já existiam em Vila Nova de Gaia, fizeram-se, creio que foram 3, porque 2 delas eram pequenas, Lever e Crestuma, e creio que também se fez uma parte de Sandim. -----

Para se concluir este projeto da Suldouro, a Suldouro tem de adquirir 113.558 contentores, tem de adquirir uma viatura, que já estamos à espera há muito tempo, porque nos está a fazer muita falta, porque em algumas freguesias, mesmo onde há PAP, por vezes, as pessoas querem e nós não chegamos lá, porque os camiões que temos não passam nas ruas.- E, portanto, queremos adquirir 2 camiões de cerca de 3,2 metros cúbicos para, exatamente, fazer essas ruas com trânsito mais condicionado, 6 de 7 metros cúbicos e 10 de 15 metros cúbicos. Gostaria também de dizer que está prevista a aquisição de 2 ecocentros móveis, portanto, em vez de termos ecocentros em Lobão e em Canedo, teremos um para cada concelho móvel, em que numa altura estará numa freguesia, noutra altura estará noutra freguesia, para recolher todos esses projetos. Também está prevista a construção de uma central para verdes e para tratar monstros, que é uma plataforma de recolha e separação e valorização dos monstros, e outra para a recolha de verdes.-----



Eu penso que, no fundamental, não sei se vocês têm algumas dúvidas que vos possa esclarecer, se o Sr. Presidente da Câmara me autorizar, porque, naturalmente, como compreendem, a minha posição é falar com o Sr. Presidente de Câmara, saber aquilo que ele pensa, e colocar essa questão no Conselho de Administração. -----

Naturalmente que nós, eu e o colega de Gaia, somos minoritários, por muita razão que tenhamos, mas, de qualquer das formas, gostaria de vos dizer que tudo tem corrido muitíssimo bem. Independentemente disso, e independentemente de, muitas vezes, estarmos até de acordo com a estratégia, já por mais do que uma vez que fazemos declarações de voto, os representantes da Câmara de Gaia e da Câmara da Feira, chamando a atenção, designadamente, para o aumento dos custos que implicará um aumento da tarifa e que implicará que os municípios tenham que pagar mais. Uma das grandes lutas que temos travado e com que temos lutado, no Conselho de Administração, forçando, que é os chamados valores de contrapartida, isto é, neste momento, os municípios estão a suportar uma parte da recolha seletiva, porque o que se recolhe, e também era importante que passassem esta mensagem, porque muitas vezes dizem que vão pôr ali que é para terem lucro, não têm lucro, e o lucro, se houver, é em favor dos municípios, porque se a recolha seletiva porventura der lucro, era bom que desse, iria abater, porque faz parte do contrato, não é lucro da Suldouro, isso vai abater na tarifa que os municípios pagam para tratar os outros resíduos. Mas, neste momento, a recolha seletiva é significativamente deficitária. Era importante que se aprovassem os valores de contrapartida. -----

Há problemas vários, mas não será o momento próprio para os discutir, eu estarei disponível para, noutra altura, se quiserem, podemos falar nestas coisas, mas era importante que tivessem a consciência disto, que as pessoas, a população, tivesse consciência de que, quando vai depositar no ecoponto, está a ajudar-se a si própria, porque, no fundo, amanhã, nós é



que vamos pagar a conta, e ela não será tão pequena assim, porque, como veem, um investimento de 181 milhões de euros, ainda que seja significativamente financiado, implicará uma tarifa também significativa.---
O que vos deixaria conscientes é que, quer a Câmara da Feira, que é o que eu represento, mas pelo que diz o meu colega de Gaia, desde o início que este problema, de isto não chegar a todas as freguesias, iria ser um problema. Mas, tudo aponta que, no plano 2025/27, estas aquisições sejam contempladas, e, portanto, que no início de 2026, nós estejamos, enfim, a iniciar, a fazer a distribuição pelo conjunto das freguesias que faltam, em Gaia e em Santa Maria da Feira.”-----

Interveio o membro **Luís Vieira** (CDU) que disse querer aproveitar a oportunidade de ter presente na sessão o representante da Câmara na Suldouro, para, pegando na questão das metas ambiciosas quanto à redução do lixo que carece de aterro, lhe perguntar o que é que a Suldouro tem pensado sobre isso porque, embora o caminho não seja o mesmo que era há 15 ou 20 anos, é sabido que ainda há muita gente que é reticente a separar o lixo. Disse que tal reticência ainda se prende com a visão de que, ao separar o lixo, está-se a dar o lucro a alguém, o que é completamente errado porque, mesmo que estivesse a dar lucro a alguém, estaria a proteger o meio ambiente, que é um fator maior e que deve ser tido em conta.-----

Assim sendo, tendo em conta estes pressupostos, questionou o que é que a Suldouro tem programado ou pensado, designadamente em campanhas, no sentido de promover essa explicação para que as pessoas percebam o quanto é importante fazer a separação do lixo. -----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que, após agradecer a presença e a explanação tão objetiva que o Sr. Fernando Moreira fez acerca do assunto, comentou que será do interesse do BE a vinda do mesmo a esta



Assembleia quando houver documentos da Suldouro a ser apreciados, como os agora em apreço, todos os anos. -----

Disse que está a ser desenvolvido um projeto-piloto em Vila Nova de Gaia, relacionado com os biorresíduos, questionando se fará sentido o mesmo ser implementado no contexto de Santa Maria da Feira. Referiu que, por ser um projeto-piloto, estar-se-á à espera, provavelmente, dos resultados verificados, mas a verdade é que esse projeto parece ser muito ambicioso e está certo que também daria bons frutos no concelho de Santa Maria da Feira. -----

Disse também querer questionar à Câmara se já mudou de opinião da justeza, ou falta dela, em torno do pagamento de taxas iguais dentro das freguesias do Concelho, com recolhas que são significativamente mais reduzidas numas freguesias em comparação com outras, quando a densidade populacional é muito maior numas freguesias em comparação com outras, criando, por isso, uma injustiça enorme entre os cidadãos do Concelho. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que, após agradecer a presença do Sr. Fernando Moreira, cumprimentando-o com amizade e agradecendo-lhe a explanação rigorosa que fez, ajudando os membros desta Assembleia a interpretar melhor os documentos, disse querer abordar duas questões já anteriormente faladas na Assembleia Municipal. -----

Disse que uma tem a ver com a preocupação manifestada, perante esta Assembleia, pelo anterior Presidente da Câmara, Emídio Sousa, sobre a expectativa do crescimento dos custos para os cidadãos dos serviços prestados pela Suldouro, questionando o que é que se pode esperar, em concreto, face aos investimentos previstos, face às metas europeias, face aos programas dos fundos europeus. -----

Referiu que a segunda questão tem a ver com o estímulo à separação dos biorresíduos, fazendo notar que se tinha falado, neste órgão, de desligar o



custo que é imputado pela recolha, que está incluído na fatura da água, daquilo que as pessoas concretizam, materialmente, através dos resíduos que provocam. Disse que esta Assembleia aprovou uma recomendação à Câmara no sentido de que esta implemente um sistema “Pay As You Throw”, ou seja, o princípio do poluidor-pagador, em que as pessoas pagam exatamente aquilo que depositam, e não um custo percentual em relação ao consumo de água.-----

Deu nota que leu um estudo que o município de Vila Nova de Gaia produziu, recentemente, sobre o desenvolvimento do sistema de recolha de biorresíduos, que tem essa medida prevista, em que diz que o sistema que vai ser implementado já prevê a criação dos dispositivos técnicos que, no futuro, vão permitir essa medida.-----

Neste âmbito questionou se, à escala da Suldouro, tal sistema de recolha já está previsto, ou seja, os contentores já terem estes sensores, para haver mais justiça, nesta relação poluidor-pagador, no concelho de Santa Maria da Feira.-----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que, após cumprimentar o Sr. Fernando Moreira e lhe agradecer a disponibilidade, referiu considerar que a recolha seletiva é uma aposta ganha e que o meio ambiente agradece por cada tonelada de lixo que não seja depositada no aterro, apesar dos custos de operação da recolha seletiva.-----

Disse achar que a estratégia da Suldouro, articulada com as câmaras municipais, deve ser a de, em locais onde não seja prático a utilização de veículos tão pesados, conseguir ter veículos mais ligeiros para que, desse modo, se conseguir levar a recolha seletiva a todo o Concelho, para que não haja cidadãos de primeira e cidadãos de segunda, e para que cada pessoa possa dar o seu contributo para ajudar o meio ambiente.-----

O membro **Daniel Gomes** (PS) fez a intervenção que, de seguida, se passa



a citar:-----

“Obrigado, Sr. Frenando Moreira, pela sua presença. Valeu a pena insistir, no âmbito da Comissão Permanente, e posso-lhe dizer que até já mudei a minha opinião em relação a um ponto, portanto, valeu a pena. -----

Vou ter aqui algumas questões para si, mas antes disso, um contexto.-----
A Suldouro está para a gestão e valorização dos resíduos urbanos, como a Indaqua está para a distribuição de água domiciliada e captação de águas residuais, ou seja, a Suldouro é a nossa Indaqua de recolha e tratamento de lixo, com um ligeiro upgrade, porque a Suldouro abrange também o município de Vila Nova de Gaia. -----

Tal como no caso da Indaqua, em que existia o correto a ser feito, isto é, convencer as pessoas a ligarem-se à rede pública de água e saneamento, pois isso era o melhor para a salubridade pública, também aqui existe o correto, e o correto é convencer os nossos concidadãos a reciclar, reciclar e reciclar.-----

Não é preciso convencê-los a verem-se livres do lixo, porque essa parte é fácil. É mesmo preciso é convencê-los a separar para reciclar. E, aqui, temos um problema. Estamos a mandar uma proporção elevadíssima de resíduos para aterro, quase três quartos do total, mais do que os valores a nível nacional e a nível regional. E apenas 22% dos resíduos urbanos são recolhidos seletivamente, ligeiramente menos do que os valores nacionais e regionais. Por exemplo, enquanto na Área Metropolitana do Porto se recolhem seletivamente 110 quilos de resíduos por habitante, em Santa Maria da Feira, esse valor cai para 88 quilos por habitante.-----

Este problema ambiental agora também tem uma repercussão financeira. Não sei se se recordam, mas, no ano passado, o Município teve de pagar à Suldouro mais de 2 milhões de euros do que pagava habitualmente pelo mesmo serviço. As pessoas não pagaram porque o Executivo, sem consultar mais ninguém, assim o decidiu, mas pagaram indiretamente, porque o dinheiro que foi para a Suldouro a mais, já não foi para outros



serviços ou para outras obras. -----

Ora, este acréscimo de custo provém do aumento da taxa de gestão de resíduos, que, em 2015, era de 5,50 € por tonelada, mas que, em 2023, já era de 25 € por tonelada, e espera-se que, em 2025, seja de 35 € por tonelada. Isto não é algo exclusivo a Portugal, porque lá fora, faz-se o mesmo, e há muito tempo, e com valores mais elevados, que o digam os Valões, na Bélgica, que pagam 120 euros por tonelada.-----

Portanto, repetindo o que já se disse no passado, quanto mais reciclarmos, mais competitivos seremos, porque menos custos teremos. -----

Portanto, aqui as questões que eu coloco são as seguintes. -----

Das diversas obras em curso no território, quantas e quanto é que dizem respeito a projetos destinados a aumentar os níveis de reciclagem em Santa Maria da Feira? Em parte, já me respondeu a isto. -----

Porque é que não temos mais ilhas ecológicas nos principais centros urbanos do Município? E, já agora, a quem é que competiria fazer isto? E porque é que não temos mais recolha seletiva porta-a-porta, sobretudo nas freguesias de perfil mais rural? Aqui, acho que já me respondeu a isto, está previsto no próximo PERSU.-----

Quais foram os contributos de Santa Maria da Feira para o PERSU 2030? Aqui é uma questão que eu gostava mesmo de ver esclarecida.-----

Já foi implementada a solução, que aqui foi proposta por mim, para os ecopontos de vidro, junto aos espaços comerciais mais movimentados? Na altura, o vereador Mário Jorge teria dito que já estaria em curso. -----

Alguém, nesta sala, saberá responder quais são os pontos negros no território, de tal modo a equacionar soluções específicas, isto é, quais são as zonas do nosso território onde a reciclagem particularmente falha de forma mais gravosa? -----

E, já agora, o Município assumiu na íntegra, tal como no ano passado, os custos decorrentes do aumento da taxa de gestão de recursos? Se foi esse o caso, como espera premiar, pelo menos, os que fazem o correto?" -----



Usou novamente da palavra o **Sr. Fernando Moreira**, que, começando por aludir à questão do projeto-piloto que está a ser desenvolvido em Vila Nova de Gaia, sobre os biorresíduos, disse que aquele concelho tem uma área muito específica, que é a zona da Ribeira, a qual tem muita área de restauração, pelo que se está a tentar desenvolver ali um projeto especial. - Salientou que os projetos são conjuntos e fazem parte do PAPERSU entregue pela Suldouro, que contempla os PAPERSU de Santa Maria da Feira e de Vila Nova de Gaia, e que não faria sentido se assim não fosse, mas que, naturalmente, Vila Nova de Gaia tem especificidades que Santa Maria da Feira não tem, e vice-versa. -----

Disse julgar que estes documentos ainda não serão públicos, que a APA ainda não terá publicado a entrega, embora já decidido a aprovação condicionada, comentando que grande parte das respostas às perguntas agora colocadas está nesses documentos. -----

Reafirmou que a Suldouro é uma empresa privada, mas está sujeita às orientações do concedente e não pode ir além disso, porque a Suldouro pode querer distribuir ecopontos e comprar camiões, mas é preciso que, depois, alguém pague os custos. Salientou que os lucros da Suldouro estão perfeitamente dimensionados, e que a ERSAR, para o bem e para o mal, é extremamente rigorosa, pelo que está tudo estabelecido na lei, qual é a remuneração que a Suldouro, enquanto empresa privada, vai ter de funcionamento, e também as penalizações que tem se não cumprir os objetivos. Disse que, portanto, não vale a pena a Suldouro estar a comprar os camiões se, depois, a ERSAR não autorizar os custos. -----

Repetiu que a Suldouro, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia, cumpriram 100% dos objetivos do PERSU 2020, comentando que, para os atingir, já foi preciso ir muito longe porque se estava a ver que, tanto na Feira como em Gaia, não se atingia os objetivos da recolha seletiva. Disse que, perante isso, foi proposto e aceite pelo concedente avançar, em parte, com o projeto de recolha seletiva, tendo sido aprovado o montante para



comprar os mais de 100 mil contentores, mas já se sabendo que esse número não era suficiente para toda a área da Suldouro. -----

Fez notar que a Suldouro, em tão grande extensão, é uma empresa pioneira neste tipo de recolha seletiva, comentando que o município da Maia estava mais adiantado, mas tem casos mais específicos e não em tão grande quantidade como tem a Suldouro, a qual, dentro de 1 ou 2 anos, terá toda a sua área coberta com a recolha seletiva. -----

Salientou ainda que, muitas vezes, fazem-se propostas que não podem ser enquadradas porque o concedente não autoriza, focando que o plano plurianual para 2025-2027 tem de contemplar a construção e a aquisição dos equipamentos necessários para se atingir os objetivos que estão previstos na PAPERSU. Adiantou que está previsto, se for aprovado, a construção de mais uma CVO para tratar especificamente os biorresíduos, porque não basta recolhê-los, é preciso tratá-los. Deu nota que a Suldouro já tem uma CVO em Sermonde, que trata os resíduos indiferenciados e faz uma determinada separação, conseguindo-se obter um composto, mas que é de baixa qualidade, dado estar contaminado visto a recolha ser indiferenciada, comentando que esse composto é excelente para jardins e para matas, mas não dá, por exemplo, para ser usado na agricultura.-----

Referiu que, com uma central de valorização específica para fazer o tratamento dos biorresíduos recolhidos, pretende-se conseguir um composto de qualidade que possa ser aplicado onde quer que seja, assim como obter alguma rentabilidade. -----

Salientou que era bom que a recolha seletiva desse lucro, mas que, pelo menos, pretende-se que seja equilibrada, que compense os custos, o que não está a acontecer neste momento, pois continua altamente deficitário, estando os municípios a suportar parte da recolha seletiva. Neste âmbito, disse que tanto a Suldouro como os municípios esperam que os chamados valores de contrapartida sejam acertados para que se consiga equilibrar as coisas e, assim, os municípios pagarem menos tarifa.-----



Disse que, efetivamente, existe a possibilidade da tarifa subir significativamente, tal como alertou o anterior Presidente, Emídio Sousa, caso não se encontre outra forma de pagar estes serviços, que são altamente caros, acrescentando que as CVO originam a produção de alguma energia, que hoje é vendida a preço de mercado, pelo que essa receita tem caído significativamente. Informou que, no início, a Suldouro vendia milhões de euros de energia, porque era energia através dos concursos, era subsidiado e os pagamentos eram fixos, mas que, hoje, as coisas não são assim, pelo que a tendência é o aumento do preço dos serviços. -----

Quanto à questão do “Pay As You Throw”, de como é que se vai fazer, ou não, disse ser um problema dos municípios, dizendo saber que há essa preocupação, mas que o Sr. Presidente da Câmara poderá informar melhor. -----

Ainda sobre a recolha seletiva de biorresíduos, deu nota que poderá ocorrer o problema de haver freguesias a questionar porque é que não são contempladas, quando outras são. Disse que há uma excelente ligação entre os serviços técnicos da Suldouro e os das câmaras de Santa Maria da Feira e de Vila Nova de Gaia, e que está prevista mais uma reunião, no próximo dia 25, para conciliar e analisar o que se pode fazer, mas não faria sentido começar a recolha seletiva de biorresíduos numa freguesia que não tenha a recolha porta a porta, pois será utilizada a logística que a Suldouro já tem, pelo que não será realizada em todo o concelho. Comentou que a Câmara, para conseguir as 15 mil toneladas de biorresíduos de qualidade, mesmo em 2030, vai ter de fazer um esforço grande, mas, mesmo assim, não vai ser, provavelmente, à vontade de toda a gente. -----

Concluindo, disse que quem trabalha com estas matérias tem de tentar passar estes esclarecimentos às pessoas, pois todas podem beneficiar com isto. -----



Posto isto, a **Sra. Presidente da Assembleia** agradeceu ao Sr. Fernando Moreira, uma vez mais, pela disponibilidade de vir a esta sessão prestar os esclarecimentos, e, de seguida, após verificar que o Sr. Presidente da Câmara não tinha nada a acrescentar, deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado e tomado conhecimento dos documentos em referência. -----

Saiu o membro Serafim Guimarães.-----

9 – 4.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 16 de setembro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor (PSD:28, PS:14, CH, CDU, IND) e 3 abstenções (BE, CDS-PP, IL), aprovar a alteração orçamental modificativa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentrou o membro Serafim Guimarães. -----

10 – PERM-EIM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria-----

- Projeto de dissolução e liquidação -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de



seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 16 de setembro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por dar nota, sobre a fundamentação que consta nos documentos, que se por um lado fala que o objeto social da sociedade foi cumprido com sucesso, depois, mais à frente, diz que foi cumprido apenas na componente da venda dos lotes, e, mais à frente ainda, explica que a alteração legislativa é que obrigou à alteração da missão, e, portanto, extinguiu-se a missão que tinha. Referiu que, na verdade, a missão do PERM não foi cumprida com sucesso porque ele acabou por não existir, enquanto parque industrial, para tratar do tipo de materiais a que se propunha. -----

Comentou que teve a oportunidade de acompanhar o processo no seu início, e que, de facto, a motivação era essa, mas que, entretanto, o contexto alterou-se, pelo que é muito legítimo e faz todo o sentido haver, agora, esta alteração. -----

Em relação às contas do encerramento e à dissolução propriamente dita, referiu que o documento diz que, uma vez que todos os lotes foram vendidos, já não há mais atividade a desenvolver nesse sentido, pelo que, portanto, as contas ficam fechadas. Salientou que, no entanto, ao olhar para o balanço da sociedade, verifica-se que tem em terrenos 415 mil euros e em edifícios 890 mil euros, pelo que pergunta se já foi tudo vendido, ou se aquilo que ainda é o património desta sociedade ainda está em processo de hasta pública ou de venda. -----

Disse que também gostava de saber se houve alguma auditoria independente sobre o fecho de contas, para saber se, de facto, todo o património está devidamente inventariado, assim como todos os encargos e direitos da empresa. -----



Fez notar que, então, ficou um parque industrial de natureza diferente, com objetivos diferentes, perguntando qual vai ser o modelo de gestão do mesmo, se vai ser integrado na gestão municipal. Referiu que há parques industriais, pelo país, que têm modelos de gestão muito particulares, e que não são apenas de gestão administrativa do município, pelo que pergunta qual é o pós-PERM, nesta perspetiva de gestão do parque industrial. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que disse que, embora todos os lotes tenham sido vendidos, nem todos estão ocupados, questionando por que razão é que, durante todos estes anos, se manteve a situação que levou à necessidade de um procedimento em hasta pública para a alienação de um imóvel, o CAPERM. -----

Disse que outra questão é, após o pagamento da dívida, quem fará a manutenção do espaço, se será o Município ou se esse parque empresarial ficará entregue aos privados e, depois, serão eles a fazer a manutenção. ----

Interveio o membro **Luís Vieira** (CDU) que começou por dizer que a explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara não coincide com aquilo para o qual o parque foi feito. Referiu que se dizer que o sucesso do parque, ou não sucesso, teve a ver com a alteração legislativa, é uma maneira de tentar justificar que o investimento não foi bem-sucedido. -----

Deu nota que, no entendimento da CDU, seria preferível dizer que algo falhou, e que não foi motivador para que, de facto, as sucatas se transferissem para este parque, acrescentando que isso seria mais sério e coerente do que dizer que a situação será abandonada porque a legislação alterou, até porque é sabido que as sucatas não cumprem a legislação. -----

Questionou se está garantido, por parte das sucatas, a não poluição de rios e ribeiras, se está garantido que não há impacto nas populações junto às sucatas, nomeadamente no que diz respeito a ruídos. -----

Referiu que o projeto do PERM foi apresentado com pompa e circunstância,



caracterizado como inovador e que resolveria o problema das sucatas no Concelho, tendo implicado grandes investimentos e constrangimentos à população, mas que, na realidade, não resolveu nada. -----
Concluindo, reafirmou que o problema não foi resolvido e que todos sabem disso, pelo que se pode dizer que se está perante um projeto em que “a montanha pariu um rato”. -----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse que Bloco, a seu tempo, referiu, várias vezes, que este projeto vinha com profundas décadas de atraso e, por isso, acabaria por estar reduzido ao falhanço. Disse que, tendo em conta a implementação de empresas no meio de uma malha urbana, graças à falta de ordenamento por culpa de uma má gestão camarária, e também da poluição de linhas de água por todo o concelho, era certo que poucas ou nenhuma empresa iriam querer deslocar-se para aquele local, pelo que este trabalho pecava por tardio. -----

Referiu que, contudo, mais vale tarde do que nunca, e, finalmente, ficou comprovado que o BE tinha razão e que o PERM foi um investimento grotesco, tendo em conta o escassíssimo retorno para o Concelho. -----

Disse que, assim, o BE considera importante que se faça um balanço sobre o PERM, e, por isso, questiona à Câmara quantas empresas foram instaladas no PERM que, de facto, são empresas estruturadas, e não se trate apenas de um terreno vazio. -----

Questionou, ainda, quantas dessas empresas eram realmente para recuperação de materiais, e se a Câmara reconhece que o PERM assumiu um estatuto de mera zona industrial, como tantas outras no concelho, sem características de um parque de recuperação de materiais. -----

Para concluir, disse querer agradecer o elogio feito pelo Sr. Presidente da Câmara ao BE pela propaganda que faz contra a Câmara, e aproveitava para sugerir que, para poupar tempo ao gabinete de imprensa, o comunicado de imprensa acerca do fiasco na compra de habitações seja



acompanhado com uma alínea sobre o fiasco que também foi o PERM.-----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que disse que o assunto é simples de entender, pois a Associação dos Municípios de Terras de Santa Maria (AMTSM) vende aquilo que lhe pertence, reclama o pagamento daquilo que lhe devem e o que resultar daí, juntando ao dinheiro existente no banco, paga o que deve e, se sobrar dinheiro, os sócios ficam com o proporcional da sua participação no capital social.-----

Referiu que, se tudo corresse às mil maravilhas, ter-se-ia 1,7 milhões de euros de receitas de liquidação e 700 mil euros de dívidas para pagar, portanto, o saldo seria de 1 milhão de euros, sendo que a Associação embolsa 51% desse valor, 510 mil euros, e fim de história, só que tal seria se estivéssemos no País das Maravilhas. Disse que, portanto, aquilo que quer saber é o que vai acontecer se as coisas não correrem pelo melhor, questionando o que é que resta para vender.-----

Disse existir, nesta matéria, um conjunto de ambiguidades, questionando se, afinal, existe um edifício com um grande terreno acoplado, e dele fazendo parte integrante, ou se existe um edifício e um terreno, pois, contabilisticamente, estão separadas, e no registo predial também, dado que o edifício está, nas contas da empresa, por 890 mil euros e o terreno por 415 mil euros. Disse que se a pretensão é colocar à venda o edifício, em hasta pública, convém perceber se o terreno estará, ou não, incluído. -----

Quanto à segunda ambiguidade, questionou há quantos anos é que o referido edifício existe. Salientou que a inscrição na matriz predial foi realizada em 2023, perguntando se, durante todos estes anos, o edifício esteve sem pagar IMI.-----

Prosseguindo, disse que estando o edifício e/ou o terreno vendidos, a AMTSM tem para receber as dívidas de clientes, na ordem dos 225 mil euros, caso paguem, comentando que, em 3 clientes, estão empatados 125 mil euros, e parece-lhe pouco provável que esses venham a pagar. -----



Deu nota que, em depósitos, existem 209 mil euros, e que terá de se pagar 700 mil euros aos fornecedores e ao Estado, pelo que, para que tudo corra bem, é necessário vender bem um edifício e um terreno, que têm um valor contabilístico conjunto de 1,2 milhões de euros, o que por si já é uma verba que pode dificultar as coisas, e receber 225 mil euros, sendo certo que, pelo menos esses 225 mil estão mal encaminhados.-----

Concluindo, perguntou qual é o plano B caso as coisas corram mal, tendo em consideração que existe a obrigação de pagar a quem se deve, num total de 700 mil euros.-----

Interveio o membro **Ángelo Santos** (CDS-PP) que disse que, quando se coloca em hasta pública espaços para o município, ou da responsabilidade do município, normalmente a mesma fica deserta. Questionou se, caso não hajam interessados na compra, o prejuízo vai ser dividido pelos municípios que integram a Associação dos Municípios de Terras de Santa Maria. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que, aludindo à questão do sucesso ou insucesso do PERM, referiu que o mesmo foi criado com um objetivo concreto, mas, entretanto, a legislação alterou-se e as sucatas ilegais puderam licenciar-se, e licenciaram-se, estando licenciadas nos seus próprios terrenos. -----

Sobre se as sucatas estão, ou não, a cumprir as normas, informou que não compete à Câmara fazer essa fiscalização, mas sim a outras entidades. Disse que aquilo que era um passivo, falado com muita frequência nesta Assembleia Municipal, durante anos, deixou de o ser, pois já não é falado com tanta intensidade. -----

Referiu que, perante uma legislação que ultrapassou a resposta que estava a ser preparada, a AMTSM deparou-se com a questão do que fazer com aquele investimento, e o que fez, e que julga de bom senso, foi pedir autorização para que se passasse de um parque de reciclagem de



materiais, só para empresas de sucatas ou de reciclagem, para uma zona industrial de uma tipologia mais comum.-----

Sobre o modelo de gestão depois da dissolução, disse que ter-se-á de falar com os empresários que estão ali instalados porque, de facto, existem duas possibilidades, a de gerir como todas as zonas industriais do concelho ou, então, estudar um modelo de gestão que possa ser consensualizado, sem criar desequilíbrios dentro das diferentes zonas industriais. -----

Salientou que os lotes estão todos vendidos e, em grande parte, já está construída indústria, havendo ainda processos de licenciamento para a construção de novas indústrias, acrescentando que há sempre um ou outro terreno que é usado, pelos proprietários, para revenda, e não com o objetivo pretendido, da construção de empresas, comentando que isto acontece em todas as zonas industriais. -----

Referiu que não se trata da questão da seriedade da exposição feita pelo Presidente da Câmara, pois a mesma é avalizada pelos factos, comentando que se tivesse dito aquilo que o deputado da CDU queria que dissesse, estaria a mentir, porque não são esses os factos. Reafirmou que, de facto, a legislação alterou-se, e o projeto adaptou-se a uma nova legislação e à realidade, que superou a rapidez de realização do projeto. -----

Quanto à afirmação de que foi um investimento grotesco, questionou como é que se pode dizer que o investimento é grotesco se o mesmo gerou atração de empresas e, com isso, a criação de emprego. Questionou se é grotesco aquele parque empresarial ter 15 setores de atividade quando, durante anos, se dizia que Santa Maria da Feira estava condenada, a curto prazo, porque estava reduzida a 2 fileiras de atividade e era preciso diversificar. Perguntou se foi grotesco conseguir ter, no PERM, empresas que, neste momento, empregam 400 pessoas, com perspetivas de, no próximo ano, chegar às 600, perguntando se se vai dizer a essas pessoas que o seu posto de trabalho, e a empresa em que trabalham, são um investimento grotesco da Câmara. Salientou que, portanto, as críticas



podem ser feitas de uma forma mais assertiva. -----

Realçou que o investimento foi feito com recurso a fundos comunitários, fazendo ainda notar que muitas das questões feitas não estão sobre a alçada fiscalizadora desta Assembleia Municipal, porque não são uma responsabilidade direta da Câmara Municipal, mas sim da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria. Disse que o assunto está a causar esta discussão porque o investimento ficou localizado no Concelho, pelo que, no fundo, acabou por correr bastante bem porque Santa Maria da Feira ficou com uma zona industrial que permitiu a atração de investimentos, diversificar investimentos e postos de trabalho.-----

Referiu que, assim, é um ativo que está no concelho e continua a ser utilizado pela Câmara como forte potencial para a atração de investidores, pelo que não foi nenhum investimento falhado da AMTSM, pelo contrário, fazendo sobressair que as maiores zonas empresariais que existem no Concelho são o Lusopark e o PERM, que são constantemente procuradas por diversos empresários, para ali instalarem as suas empresas. -----

Posto isto, solicitou à Sra. Vereadora Sónia Azevedo que esclarecesse as questões mais técnicas. -----

Usou da palavra a Sra. Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, que, sobre a questão da liquidação e dissolução do PERM, disse que, de facto, ele tem ativo e um passivo, sendo que o ativo é o CAPERM, que é o edifício com o terreno. -----

Referiu que o edifício só obteve a licença de utilização em outubro de 2023 porque, até então, ainda não estavam cumpridos todos os pressupostos, daí o registo ter sido efetuado em 2023, que foi quando o empreiteiro conseguiu resolver algumas anomalias e completar o processo, acrescentando que só a partir foi possível pensar neste processo de liquidação. -----

Informou que, em termos de passivo, há uma dívida ao sócio, a um



privado, designadamente juro de suprimentos.-----

Sobre a dívida de clientes, disse estar relacionado com o valor do condomínio que não era pago por algumas das empresas, dando nota que foram colocadas ações em tribunal relativamente ao condomínio que não era pago, e que três dessas ações foram perdidas porque o tribunal entendeu que não estavam a ser prestados todos os serviços pelo qual era cobrado o condomínio. Referiu, como exemplo, que um dos pressupostos era que houvesse um segurança 24 horas por dia, mas porque isso era muito caro, foi entendimento entre todos que se reduzisse para um determinado período do dia, mas que esse facto serviu para, em tribunal, as empresas ganharem a ação e não terem de pagar o valor.-----

Salientou que, caso não se faça a dissolução e a liquidação da empresa, está-se a prolongar a situação porque os próximos anos serão de despesa sem receita, porque todos os lotes já foram vendidos e já não há essa receita, mas as despesas continuariam, desde os custos com a empresa de contabilidade, com o revisor, além dos custos permanentes pelo facto da empresa estar em atividade. Disse que, assim, a AMTSM ponderou, e na sua opinião, bem, promover esta dissolução.-----

Referiu que, ainda por cima, há um processo em relação ao IVA, em que houve uma notificação ao PERM por parte da Autoridade Tributária, a qual tem um entendimento diferente na questão da liquidação do IVA, informando que essa ação está a decorrer num centro arbitral e que, pelo que lhe parece, será favorável ao PERM. -----

Disse que, então, vai haver a venda do ativo, em hasta pública, para se tentar fechar a empresa, a qual está marcada para o próximo dia 27 de setembro, e que não sabe dizer o que virá depois. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** acrescentou, sobre esta questão, que a expectativa é que um privado compre o edifício, mas que o Município de Santa Maria da Feira terá de avaliar a possibilidade dele próprio o adquirir, porque se situa no território concelhio e porque o edifício, de facto, pode ter



valias importantes para o Município, reforçando que é um cenário possível, o qual até já anunciou na reunião de Câmara.-----

A **Sra. Vereadora Sónia Azevedo**, concluindo, disse que haverá sempre essa possibilidade, mas que será uma situação a ser analisada posteriormente, repetindo que o expectável é que apareça um comprador, comentando que, eventualmente, até pode aparecer um parceiro privado que possa ter interesse em ficar com esta valência, pelo que é preciso aguardar para ver o que acontece. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 47 votos a favor (PSD:29, PS:14, CDS-PP, IL, CH, IND) e 2 abstenções (BE, CDU), após apreciação do projeto de dissolução e liquidação da empresa intermunicipal, aprovar o mesmo, nos termos propostos na deliberação camarária supraidentificada e no âmbito das suas competências sobre a matéria. -----

11 - Proposta de alteração de constituição de Júri para concursos de cargos de dirigente -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o qual, por sua vez, pediu que fosse a Sra. Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, a apresentar o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 9 de setembro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

De seguida, submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 34 votos a favor e 15 votos em branco, aprovar a alteração na constituição dos júris para o



recrutamento dos cargos de dirigentes, das unidades orgânicas que a seguir se identificam, e cuja composição passa a ser a seguinte:-----

- Gabinete Gestão Ocorrências e Gabinete de Parque Escolar -----

Francisco Mota - Diretor do Departamento de Equipamentos, Infraestruturas e Gestão de Frotas; -----

Álvaro Mota - Chefe da Divisão de Gestão de Edifícios;-----

Joaquim Pedreiras - Chefe da Divisão Rede Viária. -----

- Unidade de Trânsito -----

Francisco Mota - Diretor do Departamento de Equipamentos, Infraestruturas e Gestão de Frotas; -----

Joaquim Pedreiras - Chefe da Divisão Rede Viária; -----

Paulo Antunes - Diretor de Departamento das Obras Municipais. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

A **Sra. Presidente da Assembleia**, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 7 inscrições, dos munícipes Herlander Correia, Ana Antunes, Manuel Conceição, Fernando Oliveira, Bruno Oliveira, Luís Santos, e António Vieira, por esta ordem, para abordar os assuntos identificados na listagem oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. Informou aos referidos munícipes que, nos termos regimentais, tinham, cada um, cinco minutos de intervenção, numa intervenção única.-----

Interveio o munícipe **Herlander Correia** que disse ter-se mudado, há cerca de um ano, para o prédio onde reside, em Mozelos, comentando que mora no rés do chão, mas que tem 5 degraus para subir para entrar em casa, pelo que a única maneira de conseguiu entrar no prédio é através do elevador da garagem, dado se deslocar em cadeira de rodas.-----

Disse que o problema é que o elevador está constantemente avariado, pelo que já passou noites no carro, dentro da garagem, à espera que o técnico



viesses resolver o problema, acrescentando que pratica desporto em cadeira de rodas, na Faculdade de Desporto, e os treinos terminam às 23H30, pelo que chega a casa por volta das 00H30, e, a essa hora, já não dá para ligar para ninguém para o ajudar a entrar em casa. -----

Referiu que, no dia 22 de novembro de 2023, apresentou o requerimento, juntamente com a planta, para uma rampa, e a pretensão foi negada porque não cumpria as regras do Decreto-lei n.º 163/2006, que é a chamada lei das acessibilidades. -----

Deu nota que a rampa desenhada pelo arquiteto, com a sua colaboração, tinha uma largura de 90 centímetros, que é o suficiente para ele, e para qualquer pessoa dita normal, usar, mas que, segundo a lei, tem de ter o mínimo de 1,20m de largura. Disse que o passeio, no local onde quer implantar a rampa, tem 1,90m de largura, pelo que ainda ficava 1 metro de espaço livre, só que tal foi recusado, devido à lei das acessibilidades. -----

Disse que solicitou, várias vezes, uma avaliação técnica no local, mas que foi sempre recusado, enquanto não tivesse uma planta cumprindo as regras estipuladas na lei das acessibilidades, mas que não está na disposição de pagar mais um projeto sem que haja essa avaliação técnica no local, para se chegar a um consenso quanto à intervenção. -----

Concluindo, solicitou que haja boa-fé da parte do Município com vista à resolução da situação, cumprindo, claro está, as regras. -----

Interveio a munícipe **Ana Antunes** que começou por questionar ao Sr. Presidente da Câmara o que vai fazer para resolver o gravíssimo problema da habitação em Santa Maria da Feira. -----

Recordou que a Sra. Vereadora Ana Ozório, na proposta da Carta Municipal de Habitação, reconheceu que Santa Maria da Feira encontra-se em situação de carência habitacional, e que este documento conclui, também, que o parque de habitação municipal, nos seus 14 empreendimentos, está em mau estado de conservação. -----



Questionou como é possível deixar os empreendimentos municipais chegar a tal estado, e se é esta a preocupação do executivo do PSD com a habitação das famílias feirenses. -----

Disse que, na declaração fundamentada de carência habitacional que faz parte da referida proposta, diz que, à data de abril de 2024, o concelho de Santa Maria da Feira tem 3048 pessoas a residir em condições indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada. -----

Salientou que isto é uma vergonha para o concelho de Santa Maria da Feira, perguntando quantas crianças estão incluídas nestas 3048 pessoas a viver em condições indignas. -----

Perguntou, ainda, para quando estará disponível casas a custos controlados para os jovens e também para a habitação social. -----

Disse que esta situação é uma vergonha para o atual e para os anteriores Executivos do PSD, e, ainda assim, o Sr. Presidente da Câmara fala em gastar 26 milhões de euros para construir um túnel, com dinheiros dos feirenses. -----

Disse que a segunda questão prende-se, pelo que tem conhecimento, com o facto de estarem acreditadas, em Santa Maria da Feira, três Centros de Recursos para a Inclusão (CRI), que prestam diversos serviços a famílias com manifestas necessidades. -----

Questionou quantas crianças estão a ser acompanhadas por esses centros, e quais as ajudas da Câmara Municipal para as crianças do ensino especial das escolas do concelho de Santa Maria da Feira. -----

Referiu que também teve conhecimento que existem protocolos com as CERCI e com as escolas do Concelho, perguntando se a Câmara está envolvida nesses protocolos, e, se sim, o que contemplam, quais os critérios e quem abrange. -----

Concluindo, disse querer que o Sr. Presidente da Câmara tenha a consciência de que existem muitas crianças feirenses a necessitar de ajuda



e apoio. -----

Interveio o munícipe **Manuel Conceição** que começou por dizer que, em Santa Maria de Lamas, ainda não há a recolha seletiva porta a porta dos resíduos, e que espera que a mesma seja contemplada a curto prazo, mas que, como já foi esclarecido sobre isto pela intervenção feita pelo representante da Câmara na Suldouro, não é preciso o Sr. Presidente da Câmara lhe responder. -----

Referiu que outra questão tem a ver com a rotunda do Broquista, em Santa Maria de Lamas, que disse ser um mamarracho, cujas obras estão paradas há uns meses, e que têm um custo a rondar os 65 mil euros, mais IVA. -----

Disse que houve uma festa em Santa Maria de Lamas, onde esteve o Sr. Presidente, acrescentando que se trata de uma rua com muito movimento e que aquela rotunda tem muita visibilidade, mas que ninguém sabe responder porque é que as obras estão paradas. Questionou se aquela obra vai, ou não, recomeçar a curto prazo. -----

Disse que outra questão diz respeito à demolição de casas ocorrida na Rua do Outeirinho, comentando que foram levantados muros, feitos passeios, e que aquela obra foi adjudicada a uma empresa que ninguém sabe quem é, porque essa informação não aparece em nenhum portal. Salientou que a Câmara foi parceira nessa construção, mas que não há nenhum portal que diga o custo da obra, quanto é que participou a Câmara, em que moldes foi feito, nem quais os objetivos daquela obra. -----

Concluindo, disse serem estas as questões que queria colocar, e que nem ia falar do parque fotovoltaico, pois esse assunto está parado há uns meses e não sabe se o Sr. Presidente tem novidades sobre o mesmo. -----

Interveio o munícipe **Fernando Oliveira** que questionou ao Sr. Presidente da Câmara quantos assessores de nomeação política tem o atual executivo, qual a quantidade por vereador e do Sr. Presidente, e qual o custo mensal



de cada assessor. -----

Questionou quais as instituições em que a Câmara tem nomeado representante do Município, e se algum desses representantes tem remuneração por isso, e qual o seu valor.-----

Disse entender que, por uma questão de transparência, esta listagem devia ser pública e deveria estar acessível para consulta, pois, afinal, são nomeados e estão ao serviço dos feirenses. -----

O munícipe Bruno Oliveira fez comunicar da sua impossibilidade de comparecer nesta sessão. -----

Interveio o munícipe **Luis Santos** que começou por dizer que o Sr. Presidente da Câmara, nas últimas sessões da Assembleia, teve dificuldade em responder a algumas perguntas, pelo que gostaria de ouvir, da parte do mesmo, uma resposta objetiva. -----

Questionou quais as contrapartidas para a população feirense do Mercadona de Lourosa, do Aldi em Lourosa, e do Aldi em Santa Maria da Feira. -----

Disse que outra pergunta, que já colocou na última sessão, é para questionar qual foi o custo suportado pelo Município no transporte dos alunos feirenses e que deveria ser da responsabilidade da Unir, e se a Câmara Municipal vai pedir a devolução desse valor. Referiu que, no dia de hoje, ficou-se a saber que Marco Martins vai deixar a Câmara de Gondomar, porque está em último mandato, para ser presidente da Empresa Metropolitana de Transportes do Porto, que inclui a UNIR. -----

Fez notar que outra pergunta diz respeito ao ajuste direto, no valor de 300 mil euros, que também falou na última sessão, referente ao contrato 96/2003, feito em 17 de maio de 2023, portanto, no final do ano escolar de 2022/2023. Disse que a Câmara enviou um esclarecimento a dizer que os serviços foram prestados depois do protocolo, e que, inclusive, foram



prestados serviços no ano letivo 2023/2024. Salientou que, no entanto, na descrição do contrato é referido que os serviços foram para o ano escolar 2022/2023, questionando em que é que se fica.-----

Perguntou, também, quem é que controla estes contratos de aluguer de veículos.-----

Disse que outra questão, que já tinha sido feita, é para perguntar qual o custo mensal dos três novos carros, da marca BMW, adquiridos para uso dos vereadores. Referiu que o Sr. Presidente da Câmara, sobre este assunto, mentiu aos feirenses, faltou à verdade, e que tal se pode comprovar pela ata que foi aprovada nesta sessão, passando a ler extrato da mesma, na sua página 1650, que diz: “sobre os carros dos vereadores informou que a Câmara não escolheu a marca dos carros, explicando que tal foi objeto de um concurso, tendo vencido a marca que apresentou o melhor preço.”-----

Comentou que no video da sessão, que é público, é ainda mais explícita a resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

Ainda no âmbito do assunto, referiu querer dizer ao Sr. Presidente da Câmara, e que o mesmo, com certeza, deve saber, que foi feito um ajuste direto no valor de 132.204,48 €, mais IVA, que contemplava três viaturas de representação institucional e quatro viaturas para fiscalização/ proteção civil. Disse que, analisando esse contrato, fica-se a saber que o mesmo foi assinado no dia 12 de agosto de 2021, 30 dias úteis antes das eleições autárquicas de 26 de setembro de 2021, o que é, no mínimo, condenável eticamente, para uma Câmara que se diz transparente. Questionou qual foi a pressa, comentando que os feirenses também fazem esta pergunta, e entende que alguns dos políticos aqui presentes também devem fazer. -----

Disse que também queria que o Sr. Presidente da Câmara explicasse qual o motivo de um ajuste direto no valor de 142.855,86 €, mais IVA, para obras de requalificação da Praceta Rosa Amorim, em Santa Maria de Lamas, e



cujó contrato foi assinado em 8 de junho de 2020, sendo na altura presidente da Câmara o Dr. Emídio Sousa, que foi quem os feirenses escolheram para este mandato que começou em 2021. -----

Para terminar, questionou se o Sr. Presidente da Câmara tem conhecimento que existe uma junta de freguesia do Concelho, que adjudicou obras a um membro da assembleia de freguesia, eleito pelo mesmo partido do presidente dessa junta de freguesia. -----

Interveio o munícipe **António Vieira** que começou por agradecer ao Sr. Presidente da Câmara pela conclusão do passeio junto do CHEDV, comentando que faz muita diferença para quem ali passa, designadamente para as pessoas que têm mobilidade reduzida. -----

Agradeceu, também, por o Sr. Presidente da Câmara ter, nas suas prioridades, a obra comumente chamada por túnel da Cruz, pois também o afeta, assim como às outras pessoas que vivem na chamada zona de Santo André. Disse que a Câmara está com esse projeto, em articulação com a Infraestruturas de Portugal, questionando se há uma previsão para o início do mesmo, qual a duração e se já estão a ser planeadas as vias alternativas. Referiu que há pessoas que vivem e trabalham na cidade, mas outras trabalham noutros concelhos vizinhos, como no Porto, Maia, Matosinhos, Aveiro, e que, neste momento, os acessos à cidade já são bastante problemáticos, fazendo lembrar, em algumas horas do dia, os períodos da Viagem Medieval. Disse achar crítica esta questão da mobilidade, salientando que o trânsito deve ser o mais fluido possível durante o período das obras. -----

Disse que outra questão diz respeito às escolas básicas (EB) localizadas no centro da cidade de Santa Maria da Feira, comentando que, pelo que percebeu do já mencionado pelo Sr. Presidente da Câmara, a EB n.º 1 e parte da EB n.º 2 passarão para a zona da escola secundária, para o novo cento escolar. Referiu que essa questão também o afeta, pois a sua filha



frequenta a EB n.º 2, e provavelmente o seu filho também a vai frequentar, comentando que as condições da mesma se têm vindo a deteriorar, colocando em causa aquilo que é o melhor ensino, quer para os alunos, quer para o pessoal docente e para o pessoal auxiliar de ação educativa. --- Disse que a Associação de Pais, tanto quanto sabe, tem feito algumas obras com os poucos recursos que tem, mas são mais de cosmética, se assim se pode dizer, e que, segundo julga, a mesma já expôs a situação à Câmara. Concluindo, solicitou à Câmara que faça o levantamento das obras necessárias e apoie na concretização das mesmas, para que existam as melhores condições possíveis na EB n.º 2, para ter o melhor ensino possível, comentando que a EB n.º 1 foi recentemente intervencionada.-----

A deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) pediu a palavra, tendo dito que, tendo em conta a questão colocada pelo primeiro munícipe e sabendo que a situação é de todo possível considerar como sendo digna de um morador neste Concelho, e considerando que nem o Partido Socialista, nem o Sr. Presidente da Câmara se deverá rever naquela que terá sido a resposta da Câmara, questiona porque é que a Câmara não pegou neste processo e não o candidatou ao PRR, para financiamento, porque não tem de ser o munícipe a fazer estas obras quando há o programa "Acessibilidades 360º", do PRR, que financia, em 100%, estas obras, dando nota que o caso em concreto é perfeitamente elegível.-----

Perguntou porque é que a Câmara negou autorização com base em pressupostos errados, de uma interpretação errada sobre a legislação, e se, agora, está disponível para olhar para este processo com outros olhos, se está disponível para apresentar uma candidatura ao PRR e se está disponível para se deslocar ao local e perceber exatamente a situação. -----
Concluindo, frisou que o Partido Socialista, mais uma vez, apresenta a sua disponibilidade para apoiar. -----



A **Sra. Presidente da Assembleia** salientou que este Período é para esclarecimentos, e não para fazer perguntas à Câmara, agradecendo, contudo, a intervenção. De seguida, passou a palavra ao membro Eduardo Couto. -----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse que, para complementar a intervenção feita pelo primeiro munícipe, também queria questionar à Câmara se, onde é titular de frações e tem lugar no condomínio, tem feito algum trabalho de remoção de barreiras arquitetónicas nesse edificado privado. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos, começando por saudar as intervenções genuinamente cívicas feitas pelos munícipes Herlander Correia e António Vieira. -----

Sobre a questão do munícipe Herlander Correia, respondeu dizendo que a Câmara vai analisar o que se está a passar e vai ajudar a resolver a questão, quer através do pelouro do urbanismo, quer através do pelouro que tutela diretamente, das obras municipais, para tanto, será agendada uma reunião com o munícipe para, rapidamente, responder à situação exposta. -----

Referiu que situação diferente, e excecional, é o facto de a Câmara poder fazer candidaturas ao PRR, ao programa "Acessibilidades 360º", explicando que se têm feito candidaturas em várias áreas, estando a atuar nos condomínios em que faz parte, nos problemas e patologias graves dos seus próprios edifícios e do espaço público, sendo que os particulares terão, também, de o fazer. -----

Registou que o caso do munícipe Herlander é diferente, porque está a tentar resolver o problema e, por questões burocráticas, que serão reavaliadas, não o consegue, acrescentando que, neste âmbito, agradece a intervenção e o contributo da deputada Lia Ferreira. -----



Realçou tratar-se de uma tarefa grande e complexa, mas que a Câmara tem procurado, em todos os edifícios novos, ter os planos de acessibilidades, recuperando outros, mas que estará sempre atrasada porque o território é imenso e não consegue chegar a todo lado. Salientou que a Câmara tem melhorado, paulatinamente, mas que não é o trabalho que todos desejariam. -----

De seguida, e reportando-se às outras inscrições, disse que não se queria imiscuir nos trabalhos da Assembleia Municipal, mas, no âmbito da sua liberdade e na defesa dos feirenses, é preciso que todos saibam o que aqui está em causa e em que moldes, e, portanto, não deixaria de fazer uma nota prévia. -----

Realçou que, na verdade, não se está perante o exercício de cidadania genuína, tal como aconteceu com a abordagem dos munícipes Herlander Correia e António Vieira, mas sim perante uma tentativa de subverter o regular funcionamento de um órgão local, eleito, que é esta Assembleia Municipal. -----

Disse não se estar perante cidadãos preocupados, mas sim perante militantes do partido Chega, que tentam estar num órgão para o qual não foram, pelo menos por enquanto, eleitos. Referiu que, além disso, há a agravante do partido Chega ter um eleito nesta Assembleia Municipal, e, portanto, ter toda a possibilidade de colocar todas as questões, ter todos os instrumentos democráticos para se fazer representar, mas que isso não acontece por divergências entre militantes do Chega, a que os feirenses, pelo menos nesta Assembleia, merecem ser poupados. -----

Fez notar que o Período de Intervenção do Público é destinado aos cidadãos, e não aos partidos, mas o que se tem assistido na Câmara Municipal, nesta Assembleia Municipal, e por todas as assembleias de freguesias, seja do PSD, do PS, ou Independente, é estarem a ocupar e a falar num local para o qual não foram eleitos, é ocupar o espaço da cidadania genuína e ativa, é menosprezar o cidadão, é querer representar o



povo sem ter o voto deste. Por último, disse querer registar este alerta a todos os democratas desta Assembleia Municipal, bem como informar o povo de Santa Maria da Feira do que está a acontecer.-----

Depois desta breve nota, disse que daria as respostas que a Câmara entende dar a estes cidadãos, militantes de um partido político, mas porque de políticos se trata, também terão, caso o entenda, a correspondente resposta política.-----

Respondendo às questões colocadas pela munícipe Ana Antunes, e especificamente sobre a habitação em Santa Maria da Feira, disse que como a munícipe assistiu aos trabalhos de toda esta sessão, sabe qual é o ponto de situação do problema da habitação e aquilo que a Câmara está a fazer. Referiu que, apesar disso, reiteraria, sucintamente, a resposta, informando que que há 31 candidaturas de promoção municipal de reabilitação, 9 fogos em Canedo, 7 empreendimentos representando 218 fogos, em Lobão, São Paio de Oleiros, Mozelos, Sanguedo, Santa Maria de Lamas, Rio Meão e Santa Maria da Feira - Balteiro, 7 empreendimentos, 179 fogos, em São João de Ver, Arrifana, São Miguel de Souto, Nogueira da Regedoura, Argoncilhe, Lourosa e Travanca, 22 fogos dispersos, e, na freguesia de Escapães, 4 fogos. -----

Esclareceu que isto representa o valor de 66 milhões de euros, estando-se em fase de projeto de execução, comentando que são os fogos de habitação social que a Câmara já construiu, alguns há cerca de 20 anos, pelo que não apareceram agora. Disse, assim, e quanto aos apelos para a autarquia olhar para as pessoas, ser este o trabalho que a Câmara fez, quando construiu os fogos, e continuará a fazer, agora, com a requalificação, para além de todo um trabalho social diário de resposta com as assistentes sociais da Câmara. Referiu ainda esperar que estas fragilidades, das populações, não sejam utilizadas para fazer política no concelho. -----

Falou, de seguida, da construção de 14 empreendimentos em terrenos municipais, distribuídos por 11 freguesias, considerando que é um



investimento candidatável, de cerca de 49 milhões de euros. -----

Quanto à ajuda a outras instituições, aludiu à ajuda à Casa do Povo de S.M. de Lamas, que tem a seu cargo 54 fogos de assistência social, e ao Centro Social de Paços de Brandão, com 4 fogos, num investimento global de 500 mil euros. -----

Informou ainda que existem 21 candidaturas formuladas por cidadãos que querem reabilitar as suas habitações, salientando que, neste caso, está-se a falar de apoio técnico da Câmara, e não de financiamento. -----

Salientou ainda, no respeitante aos empreendimentos de habitação a custos controlados, que está a decorrer a fase de estudo prévio, para depois se avançar para os projetos de execução. -----

Sublinhou que tudo o que enumerou foi aprovado em reunião de Câmara, assim como na Assembleia Municipal, foi feita a discussão, pelo que os assuntos e os documentos são públicos, são do conhecimento geral.-----

Sobre os Centros de Recursos para a Inclusão, disse serem dois, explicando que são serviços especializados na comunidade, que estão acreditados pelo Ministério da Educação, e que apoiam e intensificam a capacidade da escola na promoção do sucesso educativo dos alunos. Disse estar a falar, para que todos entendam, da CERCÍ Feira e da CERCÍ Lamas, com quem a Câmara tem a melhor das relações, acrescentando que a CERCÍ Lamas tem em mãos um projeto de enorme importância, não para Santa Maria da Feira, muito menos para Santa Maria de Lamas, mas para todo o país. Referiu que o apelo é ajudar a CERCÍ Lamas a fazer uma obra que vai dignificar o Concelho, e o País, sendo a Câmara parceira, como são as juntas de freguesia e os empresários, comentando que toda a gente está a pugnar para que o projeto seja realizado.-----

Acrescentou que as CERCÍ atuam em parceria com os agrupamentos de escolas, e a Câmara atua ao nível dos transportes, salientando que todas estas matérias estão articuladas entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal, representando um esforço grande e que este é feito com



o desígnio de que ninguém fique para trás, pelo que é evidente que a Câmara estará sempre atenta. -----

Disse que a grande conclusão que se retira, das intervenções feitas, é que o partido Chega é contra o túnel da Cruz, não quer que se faça o túnel da Cruz, assim como não quer que se façam outras obras, pelo que o Chega vai ter de explicar isso aos feirenses. -----

Sobre as questões colocadas pelo munícipe Manuel Conceição, agradeceu a dispensa de falar sobre a recolha seletiva. -----

Quanto à rotunda do Broquista disse que, apesar de não ser de Santa Maria de Lamas, tem uma costela muito grande de Santa Maria de Lamas, pelo que considera que chamar mamarracho à rotunda é audaz, é de coragem, porque, para ele, aquela rotunda significa a alma corticeira, significa aquilo que de melhor tem o Concelho. Disse que aquela rotunda está em obra de requalificação paisagística para melhorar, para engrandecer aquele que, para ele, é um símbolo maior, porque cresceu a ver os seus tios e primos a serem broquistas, pelo que sabe muito bem o que é o broquista, e, portanto, nunca chamaria mamarracho àquela rotunda. Realçou que, de facto, falta terminar a obra de requalificação de toda aquela zona, mas que será terminada. -----

Alertou que se olhou para a rotunda, mas não se viu as restantes obras que estão feitas em Santa Maria de Lamas, perguntando se o Chega está contra o facto de se ter conseguido, no Outeirinho, demolir uma casa que representava um perigo para a população, desbloqueando a situação ao fim de muitas décadas. Disse estar à-vontade quanto a essa questão, pois a Junta de Freguesia até foi sempre do PSD e não conseguiu resolver, tendo conseguido a atual. -----

Perguntou se o Chega também está contra o facto de a estrada ter sido completamente pavimentada, assim como se está contra a colocação dos semáforos, que tantas vezes foi tema de discussão, e que esta Junta e esta Câmara instalaram, ou se só se olhou para a empresa que lá andou a



trabalhar, num contrato de colaboração entre a Câmara e a Junta de Freguesia, como tantos outros que se fazem para resolver rapidamente os problemas.-----

Disse que existe uma coisa que se chama administração direta, porque existem obras que, por os valores serem baixos, os empreiteiros são contratados diretamente, e as Juntas fazem esse trabalho, questionando se incomoda o facto de se ter resolvido um dos problemas, para que as pessoas que têm dificuldades de mobilidade possam percorrer aquele passeio. Acrescentou que, mesmo assim, ainda vai ser preciso fazer ali mais uma obra, para que essas pessoas possam percorrer o passeio ao longo da freguesia. -----

Questionou se também incomodam as diferentes obras de requalificação e de repavimentação feitas na Valada, pelas brigadas municipais, as quais resolveram grande parte dos problemas às pessoas. Questionou, novamente, porque é que se está contra o progresso que está instalado. ----

Sobre a Festa de Santa Maria de Lamas, confirmou que foi à mesma, como vai desde pequenino, mas que há sempre o remoque, e que o remoque é que, na Assembleia de Freguesia de Santa Maria de Lamas, as outras forças partidárias, num sentido de elevada presença democrática, aprovaram um voto de louvor, por proposta do CDS-PP, pela atuação da Junta de Freguesia, e dos lamacenses, no dinamismo das suas tasquinhas, da Festa, etc. Disse que, então, parece existir em Santa Maria de Lamas um consenso sobre a importância das obras, embora com diferenças de opinião, como é evidente, pois nem todos concordam, e ainda bem que é assim. Referiu que, no entanto, o Sr. Manuel Conceição mostrou estar incomodado com as obras que se fazem em Santa Maria de Lamas, o que lamenta, porque vai continuar a haver obra em Santa Maria de Lamas, pois continuam a ser necessárias obras naquela freguesia. -----

Relativamente à pergunta sobre os assessores, colocada pelo munícipe Fernando Oliveira, disse que tal questão foi colocada como se os assessores



de uma Câmara Municipal, de nomeação política, não estivessem enquadrados na legislação que regula a matéria, assim como os salários que recebem, e como se os mesmos não tivessem de fazer declarações de incompatibilidades e não tivessem de ter os seus rendimentos declarados e vistos no Tribunal Constitucional.-----

No âmbito desta matéria deu nota que, há seis meses, eram 7 os vereadores da Câmara a tempo inteiro, e agora só são 6, e que havia um Chefe de Gabinete afeto ao Presidente da Câmara, e que agora não há, comentando que o atual Presidente da Câmara é um bocado mais poupadito e questionando se será este o problema do Concelho. Salientou que os adjuntos são aqueles que estão previstos na lei, o que é público, que é transparente, ressaltando que a Câmara de Santa Maria da Feira nem sequer preenche todos os lugares que a lei permite, não sendo o melhor caminho para tentar pôr em causa a probidade, a transparência e a ética desta Câmara.-----

Reforçou que as remunerações dos representantes do Município, como o Sr. Fernando Moreira, estão previstas na lei, são de domínio público, e que este tipo de matérias é abordado nas reuniões do executivo, está nas atas, as quais são do conhecimento público, qualquer pessoa as pode pesquisar e consultar, mas, talvez por preguiça, pergunta-se ao Presidente de Câmara para, depois, se dizer que este não respondeu. Sobre isso, frisou que o Presidente da Câmara responde, mas que pode é não responder da forma como algumas pessoas entendem que devem ser respondidas, mas que isso faz parte do exercício do seu direito democrático de resposta. -----

Prosseguindo, sobre a intervenção feita pelo munícipe Luís Santos e quanto à afirmação de que o Presidente da Câmara teve dificuldades de responder, afirmou não ter tais dificuldades e que isso não o caracteriza, comentando que o que lhe parece é que o munícipe teve dificuldades em entender as respostas, pois voltou a fazer as mesmas perguntas, às quais ele, Presidente da Câmara, já tinha respondido, acrescentando que reitera



as respostas dadas. -----

Neste âmbito, disse que foram remetidos, para a Câmara, e-mails, supostamente do Chega, em nome de cidadãos que participaram na sessão de 30/04/2024, sem subscrição dos nomes e sem identificação do respetivo autor, e, perante isso, foram enviadas respostas, um ofício subscrito pela Presidente da Assembleia Municipal e outro por si, Presidente da Câmara, e, fatal como o destino, o Chega apresentou queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), solicitando à mesma que fossem tomadas as diligências para que a Câmara Municipal cumpra o disposto legal e responda ao solicitado. -----

Referiu que, em resposta à CADA, a Câmara disse o seguinte: “Em resposta à queixa apresentada pelo partido Chega, cumpre-me informar V. Exa. que o e-mail reportado de 3/6/2024 corresponde, salvo melhor opinião, a um requerimento anónimo, porquanto não só não é assinado como, para além disso, se encontra despido de qualquer elemento identificativo, o que em rigor, administrativamente, gera o seu arquivamento. Apesar disso, e face às constantes insistências, no dia 26 de junho, respondi alegadamente ao Partido Chega no sentido de que as perguntas foram respondidas diretamente aos cidadãos que as formularam, no âmbito da sessão do órgão deliberativo e no período de intervenção aberto ao público, tal como previsto em termos regimentais. Informou ainda que o uso do e-mail pelo partido, para proceder à inscrição dos munícipes, não o habilita a requerer qualquer esclarecimento em nome dos cidadãos, até porque tem assento no citado órgão, e as informações nele solicitadas são prestadas diretamente e em prazo razoável ao representante do partido, em cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição.” -----

Informou que a CADA, recebida esta sua resposta, arquivou a queixa formulada pelo Chega. -----

Acrescentou que, apesar dos esclarecimentos prestados, foram novamente remetidos e-mails, pelo partido Chega, em nome dos cidadãos que



participaram na reunião, sem a subscrição dos mesmos e sem identificação do autor, e que estes foram respondidos, através de ofícios dirigidos à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, pela Vereadora, Dr.^a Sónia Azevedo, explicando porque é que não há o dever de resposta. Referiu que, na sequência do ofício do Presidente da Câmara à Sr.^a Presidente da Assembleia, foram dadas as respostas que, de facto, estavam em falta, a dois munícipes, ao Sr. Luís Santos e ao Sr. Fernando Oliveira. Reforçou que, portanto, as respostas que o Chega diz que não foram dadas, foram dadas, e que as reitera, porque as questões foram meramente reformuladas, pelo que reitera o que disse nessas sessões anteriores da Assembleia Municipal e nas respostas relatadas e dadas por escrito. -----

O munícipe **Luís Santos**, a partir do seu lugar na sala, disse ser mentira o que o Presidente da Câmara referiu, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** retorquiu dizendo que devolve a acusação e que acha deselegante, e injusto, que o munícipe o acuse de mentir. Salientou que tem por hábito prestar as informações, e que, quando dá uma informação que não é correta, se tiver que a reparar também o faz, o que pode ser corroborado pelos seus colegas vereadores da Câmara. Comentou ainda que são feitas perguntas em bateria, tentando encontrar uma agulha no palheiro, para apanhar em falso o Presidente da Câmara ou um dos Vereadores.-----

Disse manter a resposta que deu em relação aos carros, com uma diferença, é que não votou o assunto. Referiu que não veio para esta sessão em nenhum BMW, mas, por padrões de ética, veio num carro que tem, um Renault 5 de 1987, comentando que não é preciso o munícipe ficar preocupado com o BMW, pois não veio num BMW. -----

Em relação à questão sobre ajustes diretos, disse estarmos no mandato de 2021 a 2025, mas que estão a ser feitas perguntas sobre o mandato anterior, em que ele nem sequer integrava o Executivo.-----

Referiu, em resposta a Luís Santos, que o munícipe tem de concretizar qual é a junta de freguesia e qual é o problema, acrescentando que todos



os políticos estão sob escrutínio, os atuais e os anteriores, designadamente sob o escrutínio do povo e das instâncias que regulam o País.-----

Prosseguindo, saudou a intervenção genuína e de cidadania ativa feita pelo munícipe António Vieira, informando-o que, neste momento, a Câmara está a contratar o projeto para a obra, comumente chamada de túnel da Cruz, o qual tem um prazo para ser feito de 385 dias. Disse que quis explicar isto aos feirenses para que não haja a ideia de que a obra vai ser feita de imediato, reforçando que, agora, vai ser feito projeto e, depois, vai ser aberto o concurso. Fez notar que só depois de feito o estudo prévio é que se vai conseguir, com mais rigor, chegar ao valor global e ao tempo de execução da obra, mas que será sempre um tempo de obra longo. Acrescentou que, nestas obras, a Câmara pede sempre para que a empresa também faça o estudo das vias alternativas, dizendo que terá de haver esse empenho para, enquanto decorre a obra, resolver as acessibilidades e tentar diminuir ao máximo o incómodo que gerará para as pessoas que moram nas imediações, com a agravante que a obra influencia toda a cidade. Referiu que, contudo, esse será um 3.º ou 4.º passo, que não é uma preocupação imediata, mas que vai chegar o momento em que essa questão terá de ser considerada, em diálogo com a população.-----

Sobre a EB n.º 2, disse que o que está previsto, até em sede da Carta Educativa, é que fique sempre uma escola no centro da cidade de Santa Maria da Feira, no caso, é a EB n.º 2, mas que se vai reduzir substancialmente o seu número de alunos, e, com isso, aumenta imediatamente a qualidade da escola, sem prejuízo de, depois, ter de ser feita uma obra também de requalificação desta escola.-----

Quanto aos assuntos mais imediatos, de obras que são necessárias, disse que irá falar com o vereador responsável para verificar e resolver algumas dessas situações, comentando que a obra da construção do centro escolar também é demorada, e, portanto, os meninos vão continuar naquela escola um ou dois anos letivos, pelo que é preciso dar-lhes todas as condições.----



Posto isto, a **Sra. Presidente da Assembleia** agradeceu o cabal esclarecimento prestado pelo Sr. Presidente da Câmara, comentando que os feirenses ouviram os mesmos e, sendo um povo astuto, tem consciência das situações que estão a ocorrer. Posto isto, deu por encerrado o Período de Intervenção do Público. -----

Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal-----

Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----
Nada mais havendo a tratar, às 01 horas e 22 minutos do dia 21 de setembro de 2024, a Sra. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

A Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,